



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº 08/2006

Cria o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Florestais e Ambientais, em nível de Mestrado, do Centro de Saúde e Tecnologia Rural da UFCG.

A Câmara Superior de Pós-Graduação - CSPG - da Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições,
Considerando as peças constando do processo nº 23096.004998/06-76

R E S O L V E: *ad referendum*

Art. 1º. Criar o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Florestais e Ambientais, em nível de Mestrado, do Centro de Saúde e Tecnologia Rural da Universidade Federal de Campina Grande, sob a responsabilidade da Unidade Acadêmica da Engenharia Florestal .

§ 1º. O Programa de que trata o *caput* deste artigo oferecerá uma área de concentração denominada: Ecologia, Manejo e Conservação dos Recursos Naturais.

§2º. Para fins da presente Resolução, considera-se aprovada a redação do Regulamento e da Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Florestais e Ambientais.

Art. 2º. O Regulamento e a Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Florestais e Ambientais passam a fazer parte da presente Resolução, como Anexos I e II.

Art. 3º. Conforme deliberação em plenário, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Ciências Florestais e Ambientais, objeto da presente autorização, só deverá funcionar com a abertura regular de vagas, enquanto durar o seu credenciamento, concedido pelo Conselho Técnico-Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente – CAPES, e homologado pelo Ministério da Educação, nos termos da lei.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Superior de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 12 de abril de 2006.

**Michel François Fossy
Presidente**

ANEXO I À RESOLUÇÃO 08-2006

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS, NÍVEL MESTRADO,

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Florestais e ambientais, em nível de Mestrado (PPCFA), ministrado pela Unidade Acadêmica de Engenharia Florestal do Centro de Saúde e Tecnologia Rural da Universidade Federal de Campina Grande e tendo como base principal a infra-estrutura física e de recursos humanos do Centro de Saúde e Tecnologia Rural, oferecido com área de concentração em **Ecologia, Manejo e Conservação dos Recursos Naturais**, e as seguintes linhas de pesquisa:

- a) Ecologia, sociedade e recursos naturais.
- b) Tecnologia de produtos florestais.
- c) Silvicultura e manejo florestal.

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Florestais e Ambientais - PPCFA, em nível de mestrado de Mestrado, com área de concentração em Ecologia, manejo e conservação dos recursos naturais, vinculado à Unidade Acadêmica de Engenharia Florestal do Centro de Saúde e tecnologia Rural, atendendo ao disposto no Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal da Paraíba, propõe-se a:

- I - formar pesquisadores capazes de realizar atividades de ensino e de pesquisa em ciências florestais e ambientais, aos quais será conferido o grau de Mestre;
- II - proporcionar a formação de profissionais cuja preparação científica esteja principalmente vinculada à problemática regional e às necessidades locais;
- III - promover a investigação, no âmbito das ciências florestais e ambientais, em áreas de especial interesse para a região.
- IV - Preparar profissionais com visão sistêmica dos processos naturais e antrópicos.

Art. 3º São seus objetivos gerais, a formação ampla e aprofundada de docentes, pesquisadores e profissionais, para atuarem na elaboração e difusão do saber, no desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da produção e difusão do conhecimento, na área das Ciências Florestais e Ambientais, de acordo com o que dispõem:

- I - a Legislação Federal de Ensino Superior;
- II - o Estatuto e o Regimento Geral da UFCG;
- III - o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, em vigor na UFCG;
- IV - o presente Regulamento.

TÍTULO II **DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º Integrarão a organização didático-administrativa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais:

- I - Colegiado como órgão deliberativo;
- II - Coordenação como órgão executivo do Colegiado;
- III - Secretaria como órgão de apoio administrativo;

Art. 5º A constituição e atribuições dos órgãos responsáveis pela organização didático-administrativa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais são as definidas pelos órgãos competentes da Universidade, através das normas em vigor.

§1º A Câmara de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais terá caráter consultivo, subordinada ao Colegiado deste Programa, sendo constituída por todos os Professores Permanentes do Programa, sob a presidência do Coordenador do Programa.

§2º A Câmara reunir-se-á, quando convocada por seu Presidente.

§3º Compete à Câmara opinar sobre qualquer matéria que vise ao disciplinamento de artigos do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, em vigor na UFCG, e deste Regulamento, definição de normas complementares e políticas para o Programa, alterações deste Regulamento e encaminhamento de interpretações nos casos omissos, além de outras competências que lhe forem conferidas pelo Colegiado.

Art. 6º A duração para conclusão do Programa será:

I - Mínima 12 meses e máxima de 24 meses, incluindo o tempo de elaboração da Dissertação.

CAPÍTULO II **DO FUNCIONAMENTO** **SUBCAPÍTULO I** **DO CORPO DOCENTE**

SEÇÃO I

DO CREDENCIAMENTO

Art. 7º O corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais será constituído por professores e/ou pesquisadores, portadores do título de Doutor ou Livre Docência, classificados nas categorias de Permanentes, Participantes e Temporários, conforme descrito no artigo 22 do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, atualmente em vigor na UFCG.

Art. 8º Para integrar o corpo docente do Programa, o professor e/ou pesquisador precisará ser credenciado pelo Colegiado do Programa, com base em parecer da Comissão de Credenciamento de Docentes para a Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais.

§1º A Comissão referida no *caput* deste artigo será designada pelo Colegiado do Programa e a ele subordinada.

§2º A Comissão será composta por um representante de cada linha de pesquisa do Programa, dentre os Professores Permanentes, com mandato de quatro anos, no final dos quais haverá substituição de, pelo menos, um de seus membros.

§3º Poderão ser credenciados Professores e/ou Pesquisadores de outras Instituições, desde que atendam ao que rege o artigo 22 do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, atualmente em vigor na UFCG.

§4º Para ter o primeiro credenciamento, além do observado no artigo 22 e seus parágrafos, do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, o docente/pesquisador deverá ter pelo menos um trabalho científico publicado, na respectiva área, nos últimos 3 anos, em revista científica com corpo editorial, classificada como Qualis A pela CAPES.

§5º Para renovação de credenciamento, o docente/pesquisador deverá apresentar uma média de publicações, na respectiva área, de pelo menos um trabalho científico por ano, nos últimos 4 anos, em revista científica com corpo editorial;

§6º O credenciamento dos membros do corpo docente terá validade por 4 anos, quando se fará necessária uma nova avaliação.

§7º O Docente que for descredenciado somente poderá recredenciar-se um ano após a data do descredenciamento.

SEÇÃO II DA ORIENTAÇÃO

Art. 9º Cabe ao orientando o contato prévio com o provável orientador, cadastrado no programa. Em caso de aceite cabe ao orientador assisti-lo desde o ato da matrícula, na organização do plano de estudos e no desenvolvimento do Trabalho Final e acompanhará seu rendimento escolar, além de pronunciar-se em todos os processos administrativos relativos ao discente.

§1º A formalização do nome do orientador será feita pelo coordenador e homologado pelo colegiado que se baseará tanto no plano de Trabalho Final como nas informações contidas no formulário de inscrição sobre linhas de pesquisa de preferência do candidato para desenvolver o Trabalho Final, ouvindo, previamente, o orientador.

§2º O plano de estudos, citado no *caput* deste artigo, abrangendo a previsão de disciplinas a serem cursadas pelo aluno, durante todo o Programa, deverá ser entregue na Coordenação do Programa, por ocasião da primeira matrícula.

§3º Dependendo do tema do trabalho final, o orientador poderá indicar um segundo orientador, pertencente ou não ao quadro de docentes da UFCG, mas previamente credenciado pelo Programa.

§4º No caso do orientador ausentar-se da Instituição, por período superior a três meses, ou pertencer a outro *Campus* ou a outra Instituição, o coordenador poderá fazer a indicação de um segundo orientador, credenciado pelo Programa.

§5º A indicação de que tratam os §3º e §4º deste artigo deverá ser feita de comum acordo entre o orientador do trabalho final e o aluno.

Art. 10º O Orientador poderá solicitar ao Colegiado do Programa sua substituição, anexando justificativa.

§1º O aluno poderá requerer, uma única vez, mudança de orientador, anexando justificativa de sua pretensão.

§2º Em caso de mudança, o orientador anterior deverá passar ao seguinte todos os dados e informações sobre o orientado, sob pena de seu descredenciamento.

DA ADMISSÃO NO PROGRAMA

SEÇÃO I

DA INSCRIÇÃO E DA SELEÇÃO

Art. 11. A admissão ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais far-se-á após aprovação e classificação em processo de seleção, ressalvado o disposto no inciso X do artigo 15 do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, atualmente em vigor na UFCG.

§1º Poderão ser admitidas transferências para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, segundo as normas estabelecidas no Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, atualmente em vigor na UFCG, e neste Regulamento, de alunos de Mestrado desta ou de outras IES oriundos de Programas de Pós-Graduação similares ou idênticos ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, a critério do Colegiado, desde que exista vaga, como também disponibilidade de orientador.

§2º Para os prazos fixados pelo artigo 6º deste Regulamento, será considerada a data de ingresso no primeiro Programa de origem, excluídos os casos de interrupção de estudos.

§3º Poderão inscrever-se para a seleção ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, portadores de diploma de cursos, de nível superior, das ciências agrárias, biológicas, sociais, exatas, ou a critério do colegiado do programa.

§4º Aos portadores de diploma de tecnólogo ou de licenciatura de curta duração serão exigidas atividades complementares nos termos do artigo 16 deste Regulamento.

Art. 12. O Colegiado do Programa fixará, em Edital de inscrição, os prazos e o número de vagas respeitando as disponibilidades de Orientadores, professores e estrutura do Programa.

Parágrafo único. Previamente ao Edital de que trata o *caput* deste artigo, a Coordenação do Programa solicitará a disponibilidade de professores Orientadores, dentro de suas respectivas linhas de pesquisa.

Art. 13. Para a inscrição dos candidatos à seleção do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, exigir-se-ão:

- I - cópia autenticada do diploma de Graduação ou documento equivalente;
- II - cópia autenticada do Histórico Escolar da Graduação;
- III - *Curriculum Vitae*, modelo Lattes/CNPq, com cópia dos documentos comprobatórios;
- VI - duas cartas de recomendação, em modelo próprio, de professores da instituição onde se graduou ou daquela de onde procede;
- VII - carta de intenção de um dos orientadores credenciados no curso se comprometendo a orientá-lo, caso seja aprovado e classificado na seleção;
- VIII - plano preliminar de trabalho a ser desenvolvido;
- VIII - declaração da empresa ou órgão público de origem, atestando a liberação do candidato por tempo integral e mantendo (ou não) o recebimento de remuneração, se for o caso;
- IX - formulário de inscrição em modelo próprio, devidamente preenchido, acompanhado de 2 fotografias 3 x 4 cm recentes;
- X - cópia autenticada da carteira de identidade ou do registro geral de estrangeiro para os candidatos brasileiros ou não, respectivamente;
- XI - prova de estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (sexo masculino), no caso do candidato ser brasileiro;
- XII - recibo de pagamento da taxa de inscrição, quando for o caso, ou, para os que utilizarem os Correios para envio da documentação, cópia do comprovante de depósito em nome da Universidade Federal de Campina Grande.

§1º A Secretaria do Programa deferirá o pedido de inscrição à vista da regularidade da documentação apresentada.

§2º Se, na época da inscrição, o candidato ainda não houver concluído o curso de graduação deverá apresentar documento, comprovando estar em condições de concluí-lo antes de seu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais.

Art. 14. A seleção dos candidatos inscritos dar-se-á pela linha de pesquisa do programa e estará a cargo de uma Comissão de Seleção composta de, no mínimo, 3 membros do corpo docente do referido programa, preferencialmente um de cada linha de pesquisa;

Parágrafo único. A Comissão de Seleção basear-se-á em normas complementares de seleção aprovadas pelo Colegiado.

Art. 15. O processo de seleção será cumulativamente eliminatório e classificatório.

Art. 16. A Coordenação, ouvida a Comissão de Seleção e o Colegiado do Programa, poderá exigir do candidato selecionado o cumprimento, em prazo que lhe for fixado, de estudos complementares, inclusive disciplinas de graduação, concomitantemente ou não às atividades do Programa e sem direito a crédito, porém com direito a certificado.

Parágrafo único. O tempo gasto pelo candidato selecionado, no cumprimento de estudos complementares, de que trata o *caput* deste artigo, não poderá ultrapassar o primeiro período letivo do seu ingresso de acordo com o calendário escolar elaborado pelo Programa.

SEÇÃO II

DA MATRÍCULA

Art. 17. O candidato classificado na seleção deverá efetuar sua matrícula prévia junto à Secretaria do Programa dentro dos prazos fixados no calendário escolar.

§1º Por ocasião da matrícula prévia, o aluno receberá um número de inscrição que o identificará como aluno regular da Universidade.

§2º Por ocasião da matrícula prévia, o aluno deverá apresentar à Coordenação do Programa seu plano de estudos, abrangendo a previsão de disciplinas a serem cursadas durante todo o Programa com sua assinatura e a do Orientador.

§3º A não efetivação da matrícula prévia, no prazo fixado, implicará a desistência do candidato em matricular-se no Programa, perdendo todos os direitos adquiridos pela aprovação e classificação no processo de seleção.

§4º Os candidatos inscritos na seleção, na forma do disposto no §2º do artigo 13 deste Regulamento, deverão, no ato da primeira matrícula em disciplinas, satisfazer a exigência do inciso I, caso contrário, tornar-se-á sem efeito a sua matrícula prévia.

Art. 18. Na época fixada no calendário escolar, antes do início de cada período, o aluno fará sua matrícula em disciplinas junto à Coordenação do Programa constando, obrigatoriamente, o visto do orientador e a assinatura do aluno, salvo os casos de interrupção de estudos previstos no artigo 37 do regulamento geral dos cursos de pós graduação da UFPB, em vigor na UFCG.

§1º O aluno deverá cursar obrigatoriamente as disciplinas do domínio comum. A matrícula nas disciplinas específicas serão estabelecidas de acordo com as especificidades do projeto da dissertação e selecionadas em comum acordo com o orientador.

§2º Não será permitida, no período de integralização do Programa, a matrícula em disciplinas em que o aluno já tenha sido aprovado.

§3º O aluno deverá se matricular em Trabalho de Dissertação logo em seguida ao período letivo no qual concluiu os créditos mínimos exigidos para integralização do Programa.

Art. 19. Poderá ser admitido como aluno especial, conforme previsto no artigo 34 do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, em vigor na UFCG, a critério do Colegiado do Programa, profissional graduado ou, em casos excepcionais, aluno de graduação plena da UFCG, que tenha cursado um mínimo de 80% dos créditos da graduação.

§1º A aceitação de aluno especial dependerá de parecer do Professor responsável pela disciplina que ele deseja cursar, com base em análise do *Curriculum Vitae* e condicionada à existência de vagas na disciplina, depois de matriculados os alunos regulares.

§2º Para se tornar um aluno regular, o interessado terá que se submeter e ser aprovado no processo de seleção de que tratam os artigos de 11 a 16 deste Regulamento.

SEÇÃO III

DO TRANCAMENTO E DO CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 20. Será permitido o trancamento da matrícula em uma ou mais disciplinas, desde que ainda não se tenham integralizado 30% das atividades previstas para a disciplina, salvo caso especial, a critério do Colegiado.

§1º O pedido de trancamento de matrícula, em uma ou mais disciplinas, deverá ser feito através de um requerimento justificativo feito pelo aluno e dirigido ao Coordenador do Programa com o visto do Orientador.

§2º É vetado o trancamento de matrícula, mais de uma vez, na mesma disciplina, salvo casos excepcionais, a critério do Colegiado do Programa.

Art. 21. O trancamento de matrícula em todo o conjunto de disciplinas de um período letivo, corresponderá à interrupção dos estudos e só será permitido em caráter excepcional, por solicitação do aluno e justificativa expressa do Orientador, a critério do Colegiado do Programa.

§1º O prazo máximo de interrupção de estudos permitido será de dois períodos letivos, consecutivos ou não.

§2º O tempo de interrupção de estudos de que trata o *caput* deste artigo não será computado no tempo de integralização do Programa.

§3º O trancamento concedido deverá ser, obrigatoriamente, mencionado no Histórico Escolar do aluno com a menção “Interrupção de Estudos” acompanhada do(s) período(s) letivo(s) de ocorrência e da data de homologação pelo Colegiado do Programa.

§4º Aprovado o trancamento de matrícula o aluno perderá automaticamente a bolsa de estudos, se for bolsista sob controle da Coordenação do Programa, podendo a mesma ser remanejada para outro aluno.

Art. 22. Admitir-se-á o cancelamento de matrícula, em qualquer tempo, por solicitação do aluno, correspondendo à sua desvinculação do Programa.

SUBCAPÍTULO III DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO SEÇÃO I DA ESTRUTURA ACADÊMICA

Art. 23. Os limites mínimos de créditos em disciplinas para a integralização do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, em nível de Mestrado, são de 24 créditos.

Parágrafo único. Não serão computados nesses limites os créditos atribuíveis a atividades de preparação para Exame de Qualificação, elaboração e defesa do Trabalho Final.

Art. 24. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, abrangerá estudos complementares, disciplinas obrigatórias de domínio comum, disciplina do domínio comum não obrigatória e disciplinas específicas das linhas de pesquisa, indicadas no Anexo II desta resolução, com os respectivos números de créditos, carga horária, ementa e unidade acadêmica responsável.

§1º Fica estabelecido o número de 10 créditos em disciplinas obrigatórias de domínio comum.

§2º Todas as disciplinas com títulos “Tópicos Especiais” terão, quando oferecidas, um sub-título que definirá melhor seu conteúdo, número de créditos, ementa, programa e bibliografia, previamente organizados pelo Professor ministrante e aprovados pelo Colegiado do Programa.

Art. 25. A Coordenação organizará a oferta de disciplinas para cada período letivo, obedecendo ao fluxograma e cronograma do Programa, de acordo com o seu calendário escolar.

Art. 26. Haverá três trimestres letivos regulares em cada ano, oferecidos de acordo com o calendário escolar trimestral elaborado pela Coordenação do Programa.

Art. 27. Cada crédito corresponde a 15 horas de aula teórica ou a 15 horas de aula-prática ou trabalho correlato.

Art. 28. A critério do Colegiado por solicitação do Orientador, poderão ser atribuídos créditos a atividades acadêmicas a serem desenvolvidas apenas por um aluno denominado de Estudos Especiais não previstos na Estrutura Acadêmica, porém pertinentes à área de concentração do aluno até o máximo de 2 créditos para o Mestrado.

§1º Os Estudos Especiais de que trata o *caput* deste artigo não poderão ser incluídos no elenco de disciplinas da Estrutura Acadêmica.

§2º Poderão ser caracterizados como estudos especiais, as seguintes atividades:

- a) elaboração de projetos;
- b) diagnósticos e levantamentos bem circunstanciados;
- c) condução de pesquisa que não seja a do Trabalho Final;
- d) análises laboratoriais de solos, plantas, sementes ou de outros materiais vegetais, que tragam significativa contribuição à respectiva área de estudo;
- e) revisão bibliográfica sobre tema específico.

§3º A proposta de atribuição de créditos de que trata o *caput* deste artigo deverá partir do Orientador com base em um projeto devidamente detalhado apresentado ao Colegiado do Programa para aprovação.

§4º As atividades das quais trata o *caput* deste artigo serão anotadas no Histórico Escolar do aluno com a expressão “Estudos Especiais em”, acrescentando-se o tópico ou tema desenvolvido pelo aluno, o período letivo correspondente e o respectivo conceito obtido.

Art. 29. O Colegiado do Programa, com base em recomendações da Comissão de Seleção ou do Orientador, decidirá sobre a obrigatoriedade de qualquer aluno cursar, em caráter de nivelamento, disciplinas mencionadas ou não na estrutura acadêmica sem direito a crédito.

Art. 30. Poderão ser reconhecidos créditos em disciplinas fora da Estrutura Acadêmica, cursadas em programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFCG, ou de programas de pós graduação em outras instituições reconhecidos pela CAPES, até o limite de 6 créditos, desde que devidamente justificados pelo orientador como indispensáveis à formação do aluno e previamente aprovado pelo Colegiado.

Art. 31. O aluno regular deverá matricular-se em um período letivo na disciplina Seminários em Ciências Florestais e Ambientais.

§1º Os Seminários em Ciências Florestais e Ambientais serão organizados pelo Coordenador de Seminários designado pelo Colegiado do Programa.

§2º Cada aluno matriculado na Disciplina Seminários de Ciências Florestais e Ambientais terá a obrigatoriedade de apresentar um seminário, versando sobre sua proposta de Trabalho Final.

§3º A avaliação da proposta de Trabalho Final de que trata o parágrafo anterior será feita por uma Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa composta de, pelo menos, 3 professores e/ou pesquisadores da respectiva área de conhecimento, ou áreas correlatas, dentre os quais o Orientador.

§4º Para a composição da Comissão de que trata o parágrafo anterior, serão ouvidos o aluno e seu Orientador.

§5º A Comissão de que trata o §3º deste artigo deverá se fazer presente no ato da apresentação dos Seminários, quando completará sua avaliação sobre a proposta do Trabalho Final do aluno, atribuindo conceito nos termos do item II do artigo 41 deste Regulamento.

§6º A aprovação do Plano de Trabalho Final conforme prescrevem os §§ 3º a 6º deste artigo deverá ocorrer no máximo até ao terceiro período letivo referente ao seu primeiro ano de ingresso no Programa.

§7º Ao término da Disciplina Seminários em Ciências Florestais e Ambientais, o Coordenador dos Seminários deverá entregar na Secretaria do Programa as propostas de Trabalho dos alunos, com os pareceres e, sugestões para correção, assinadas pela respectiva Comissão Examinadora para posterior homologação pelo Colegiado do Programa.

Art. 32. As disciplinas que totalizarão os limites mínimos de créditos exigidos deverão ser cursadas no máximo até o primeiro ano de ingresso no Programa.

Art. 33. Após completar os créditos em disciplinas, o aluno deverá matricular-se, em cada período no “Trabalho de Dissertação”.

SEÇÃO II

DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 34. Em cada disciplina, o rendimento acadêmico para fins de registro será avaliado pelos meios previstos na sua programação acadêmica e expressos mediante nota, variando de zero a dez.

§1º O rendimento será mensurado através de testes, exames orais e/ou escritos, seminários, entrevistas, trabalhos, projetos e participação nas atividades da disciplina.

§2º O Professor terá autonomia para estabelecer o tipo e o número de atividades que irão compor a avaliação, atendidas as exigências fixadas pelo Colegiado do Programa.

§3º O aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) será aprovado.

§4º Para efeito do cálculo de média, dentre as disciplinas cursadas, considerada como Coeficiente do Rendimento Acadêmico- CRA, adotar-se-á a fórmula ponderada,

$$\text{CRA} = \frac{\sum_{i=1}^n ciNi}{\sum_{i=1}^n ci}$$

de acordo com a seguinte correspondência:

- a) o índice *i* correspondente a uma disciplina cursada, aprovada ou não;

- b) o termo c_i correspondente ao número de créditos da disciplina i cursada, aprovada ou não;
- c) o termo N_i correspondente a nota obtida na disciplina i cursada, aprovada ou não;
- d) o termo n correspondente ao número total de disciplinas contempladas no cálculo da média.

§5º A frequência será também utilizada como critério de apuração de rendimento, sendo reprovado o aluno que não atingir 85% da frequência na disciplina, atribuindo-se a nota zero para efeito do cálculo do CRA e registrado no Histórico Escolar com a letra “F”.

§6º Constarão no Histórico Escolar do aluno as notas obtidas em todas as disciplinas cursadas.

§7º Caberá ao Coordenador de Seminários atribuir conceito ao aluno na disciplina Seminários EM Ciências Florestais e Ambientais.

§8º O professor deverá entregar na Secretaria do Programa o diário de classe no máximo 15 dias após o término do período letivo no qual a disciplina foi ministrada.

Art. 35. O aluno reprovado em qualquer disciplina obrigatória terá que repeti-la, incluindo-se apenas o segundo resultado no Histórico Escolar.

Parágrafo único. A repetição de disciplina de que trata o *caput* deste artigo será permitida apenas uma vez.

Art. 36. O aluno reprovado em disciplina optativa não estará obrigado a repeti-la, mas o resultado será incluído no Histórico Escolar.

§1º No caso de o aluno reprovado em disciplina optativa vier a repeti-la, apenas o segundo resultado será incluído no Histórico Escolar.

§2º A repetição de disciplina de que trata o *caput* deste artigo será permitida apenas uma vez.

Art. 37. Durante todo o período de integralização do Programa, o rendimento do aluno em suas atividades acadêmicas e nas atividades relacionadas ao Trabalho Final será avaliado, semestralmente por meio de relatório de atividades circunstanciado e por parecer do seu orientador através de formulário fornecido pela coordenação.

Art. 38. A comprovação da capacidade de leitura, em língua estrangeira, de textos relacionados às áreas de concentração da Pós-Graduação basear-se-á em certificado de aprovação expedido por uma Comissão especial, designada pelo Colegiado para esse fim específico.

§1º O exame de suficiência em língua estrangeira deverá ocorrer no prazo máximo de 12 meses, contados a partir do ingresso do aluno no Programa.

§2º O aluno de Mestrado deverá ser aprovado na suficiência em Inglês.

§3º O exame tratado no *caput* deste artigo será realizado em cada período letivo, obedecendo ao calendário escolar elaborado pelo Programa.

§4º O aluno reprovado no exame de que trata o *caput* deste artigo deverá repeti-lo no período letivo subsequente.

§5º O resultado desse exame constará no Histórico Escolar do aluno, com a expressão “Aprovado” ou “Reprovado”, juntamente com o período de realização e a data de homologação pelo Colegiado, constando no histórico apenas a última nota..

SEÇÃO III

DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 39. Considera-se aproveitamento de estudos, para os fins previstos neste Regulamento:

I - a equivalência de disciplinas já cursadas anteriormente pelo aluno com disciplina da Estrutura Acadêmica do Programa;

II - o aproveitamento de créditos relativos a disciplinas já cursadas anteriormente pelo aluno, mas que não fazem parte da Estrutura Acadêmica do Programa.

Art. 40. A critério do Colegiado do Programa e do professor da disciplina poderão ser aproveitados créditos em disciplinas já cursadas tanto na condição de aluno regularmente matriculado ou como aluno especial em outros programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFCG ou de outra Instituição de Ensino Superior - IES, ou ainda como aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, desde que tenham carga horária e conteúdo programático semelhantes aos de disciplinas da Estrutura Acadêmica.

§1º Poderão ser aproveitados no máximo 9 créditos em disciplinas cursadas como aluno especial.

§2º Poderão ser aproveitados créditos apenas em disciplinas em que o aluno tenha obtido nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

§3º Quando do processo de equivalência de disciplinas de que trata o *caput* deste artigo, poderá haver necessidade da adaptação curricular, a critério do professor e do colegiado do curso.

§4º O aproveitamento de créditos em disciplinas de que trata o *caput* deste artigo somente será feita, caso as disciplinas sejam consideradas pelo Colegiado de real importância para a formação do aluno.

§5º O aproveitamento de estudos tratado no *caput* deste artigo somente poderá ser feito, quando as disciplinas tiverem sido concluídas há, no máximo, 5 anos.

§6º Deverão, obrigatoriamente, ser registrados no Histórico Escolar do aluno o nome abreviado ou sigla do Programa e da IES, se for o caso, nos quais o aluno cursou a(s) disciplina(s) objeto de aproveitamento e a data de homologação pelo Colegiado.

§7º O aproveitamento de créditos de que trata o *caput* deste artigo não se aplica ao aproveitamento de créditos equivalentes ao título de Mestre previsto no artigo 42 deste Regulamento.

Art. 41. Quando do aproveitamento de estudos serão observadas as seguintes normas relativas à disciplina cursada em outra IES:

I - a contagem dos créditos será feita sempre na forma disposta no artigo 26 deste Regulamento;

II - a nota obtida, que servirá para o cálculo do CRA, será anotada no Histórico Escolar do aluno, observando-se, caso necessário, a seguinte equivalência entre conceitos e notas:

a) **A** = 9,5

b) **B** = 8,0

c) **C** = 6,5

Art. 42. O aluno poderá requerer exame de suficiência em disciplinas da Estrutura Acadêmica do Programa até o limite de 6 créditos, devendo o requerimento ser julgado pelo Colegiado do Programa.

§1º A aprovação em exame de suficiência dará direito a crédito e deverá constar do Histórico Escolar do aluno com a respectiva nota.

§2º A reprovação em exame de suficiência deverá constar do Histórico Escolar do aluno com a respectiva nota.

§3º O aluno não poderá solicitar exame de suficiência em disciplina na qual tenha sido reprovado.

SEÇÃO IV

DO DESLIGAMENTO E DO ABANDONO

Art. 42. Além dos casos previstos no Regulamento geral dos cursos de pós graduação UFPB, em vigor na UFCG, será desligado do Programa o aluno que:

- I - for reprovado 2 vezes durante a integralização do Programa;
- II - obtiver em qualquer período letivo o CRA inferior a 6,5 (seis vírgula cinco);
- III - não houver integralizado seu currículo no prazo máximo estabelecido por este Regulamento;
- IV - obtiver o conceito “Reprovado” na defesa do Trabalho Final;
- V - em fase de elaboração da Dissertação ou Tese, não tiver o seu desempenho aprovado pelo Orientador por 2 períodos letivos consecutivos ou não.

Art. 44. Será considerado em situação de abandono do Programa o aluno que, em qualquer período letivo regular, não efetuar sua matrícula em disciplina(s) ou na atividade referente ao Trabalho Final de acordo com os procedimentos definidos no artigo 18 deste Regulamento.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplicará ao aluno que estiver com os estudos interrompidos, na forma do artigo 22 deste Regulamento.

SEÇÃO V

DO TRABALHO FINAL

Art. 45. A Dissertação, requisito para obtenção do grau de Mestre, deverá evidenciar domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização e de pesquisa.

Art. 46. Os Trabalhos Finais de Dissertação de Mestrado na sua elaboração, apresentação e defesa, deverão atender às normas da PRPG/UFCG ou as normas mais atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parágrafo único. O não cumprimento ao que determina o *caput* deste artigo implicará a não aceitação do trabalho pela coordenação do Programa a que pertencer o aluno.

Art. 47. Cada aluno deverá fazer uma apresentação de seu Trabalho Final na Disciplina Seminários de Engenharia Florestal antes da defesa do mesmo.

Art. 48. A apresentação de que trata o artigo anterior será requerida à Coordenação do Programa pelo aluno com a concordância do Orientador e dar-se-á quando o aluno tiver pronta a versão final do Trabalho.

Art. 49. Para a defesa da Dissertação de Mestrado, deverá o aluno dentro dos prazos estabelecidos por este Regulamento satisfazer aos seguintes requisitos:

- aprovado no exame de suficiência de que trata o artigo 38 deste Regulamento;
- integralizado o número mínimo de créditos em disciplinas estabelecido neste Regulamento;
- recomendação formal do Orientador para a defesa da Dissertação.

Art. 50. O Trabalho Final será julgado por uma Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa composta pelo Orientador e, pelo menos, por dois titulares sendo pelo menos um destes, externo ao Programa e dois suplentes (um externo ao programa e outro interno);

§1º Os especialistas deverão ser portadores do título de Doutor ou Livre Docente sem que sejam necessariamente docentes, ou Mestre, caso tenha reconhecida experiência científica na área.

§2º A Comissão Examinadora escolherá, dentre seus membros, o presidente.

Art. 51. A defesa do Trabalho Final será requerida pelo Orientador ao Colegiado do Programa que designará a Comissão Examinadora e fixará a data.

§1º O requerimento de que trata o *caput* deste artigo deverá estar acompanhado de:

- a) Ofício do Orientador ao Colegiado com sugestões de seis nomes, titulares e suplentes, para comporem a Comissão Examinadora, seguindo o que reza o artigo anterior deste Regulamento;
- b) Quatro exemplares do Trabalho Final para a Comissão Examinadora;

§2º Caberá à Secretaria do Programa verificar se o Trabalho Final foi escrito dentro das normas adotadas pela PRPG/UFCG.

§3º A data para a apresentação e defesa do Trabalho Final será fixada pelo Colegiado, ouvido o Orientador, devendo ocorrer num prazo não inferior a 30 dias, nem superior a 60 dias, a partir do recebimento pela Coordenação do Programa do requerimento e seus anexos de que trata este artigo.

Art. 52. O procedimento para a defesa do Trabalho Final será o seguinte:

I – A Coordenação do Programa enviará aos membros da Comissão Examinadora os exemplares do Trabalho Final, juntamente com a portaria de designação e cópia de extrato deste Regulamento que trate dos procedimentos da defesa e julgamento do Trabalho Final;

II – Os membros da Comissão Examinadora terão o prazo máximo de 20 dias para encaminhar à Coordenação do Programa suas exigências e,ou, sugestões de modificações no Trabalho Final;

III – A Coordenação do Programa entregará ao aluno as exigências e, ou, sugestões para o Trabalho Final sugeridos pela Comissão Examinadora. O aluno terá o prazo máximo de 15 dias para entregar a versão definitiva à Coordenação do Programa com a incorporação feita juntamente com seu Orientador das exigências e/ou sugestões de modificações no Trabalho Final;

IV – A Coordenação do Programa enviará aos membros da Comissão Examinadora os exemplares do Trabalho Final corrigido, confirmando a data para a defesa;

V – No momento da defesa, a Comissão Examinadora ainda poderá sugerir correções no Trabalho Final.

Art. 53. A defesa do Trabalho Final será feita publicamente.

Art. 54. Na defesa do Trabalho Final, o aluno exporá e será argüido sobre o conteúdo do trabalho em sessão pública.

Parágrafo único. Somente os membros da Comissão Examinadora poderão argüir o aluno.

Art. 55. Para o julgamento do Trabalho Final será atribuído um dos seguintes conceitos:

- I. Aprovado;
- II. Reprovado;
- III. Indeterminado.

§1º No caso de ser atribuído o conceito “Indeterminado”, a Comissão Examinadora apresentará relatório à Coordenação do Programa, expressando os motivos da sua atribuição.

§2º A atribuição do conceito “Indeterminado” implicará o estabelecimento do prazo máximo de 6 meses para re-elaboração e nova apresentação e defesa da Dissertação de Mestrado, desde que não ultrapasse o tempo máximo estabelecido no artigo 6º deste Regulamento.

§3º Na situação prevista no artigo anterior, não mais se admitirá a atribuição do conceito “Indeterminado”

§4º Quando da nova apresentação do Trabalho Final, a Comissão Examinadora deverá ser preferencialmente a mesma.

Art. 56. Qualquer *status* de aprovação e a homologação do relatório final de defesa do Trabalho Final ficam condicionados à realização de eventuais correções no Trabalho Final que venham a ser sugerida pela Comissão Examinadora e entrega do Trabalho na versão final, assinado pelos membros da Comissão Examinadora.

Art. 57. Após as devidas correções, o aluno deverá entregar à Coordenação do Programa uma cópia em meio eletrônico e 05 cópias impressas do Trabalho Final, contendo, obrigatoriamente, a ficha catalográfica fornecida pelo Sistema de Bibliotecas da UFCG, no prazo máximo de 60 dias após a data da defesa.

§1º Quando houver um segundo orientador e que tenha participado também da Comissão Examinadora, o número de cópias impressas de que trata o *caput* deste artigo deverá ser acrescido de uma cópia.

§2º A homologação do Relatório final da defesa do Trabalho Final da Comissão Examinadora pelo Colegiado somente poderá ser feita após a entrega dos exemplares na versão final.

SEÇÃO VI

DA OBTENÇÃO DO GRAU E DA EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Art. 58. Para a obtenção do grau respectivo, deverá o aluno, dentro do prazo regimental, ter satisfeito às exigências do regimento Geral da UFCG, do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, em vigor na UFCG, e deste Regulamento.

Art. 59. A expedição e registro do Diploma serão efetuados de acordo com o disposto nos artigos 66 a 68 do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, devendo a Coordenação do Programa, no prazo de 6 meses a contar da data de homologação do relatório final do Orientador pelo Colegiado, enviar à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa um processo instruído com a documentação pertinente.

Art. 60. No Diploma, além do nome do Programa, constará a Área de Concentração.

Art. 61. Até a emissão do Diploma, a Coordenação do Programa emitirá uma Certidão ao aluno, atestando a conclusão do Curso.

Parágrafo único. A declaração de que trata o *caput* deste artigo só poderá ser emitida se:

- a) o relatório da defesa do Trabalho Final tiver sido homologado pelo Colegiado do Programa;
- b) o aluno houver entregue à Coordenação do Programa os exemplares do Trabalho Final de que trata os artigos 52 e 57 deste Regulamento;
- c) o aluno houver entregue à Coordenação do Programa Certidão emitida por uma Revista Científica da área e com corpo editorial, atestando o envio de um

artigo científico extraído do seu Trabalho Final para publicação na referida Revista.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. Ressalvados os direitos emanados da Lei de Direitos Autorais e de Propriedade Intelectual, os resultados da pesquisa do Trabalho Final serão de propriedade da Universidade Federal de Campina Grande e na sua divulgação, qualquer que seja o meio, constará obrigatoriamente a menção à Universidade e ao Orientador.

§1º No caso de a pesquisa do Trabalho Final ter sido realizada fora da Universidade, com orientação conjunta de docente da UFCG e de outra Instituição, como previsto nos artigos 58 e 59 do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFPB, em vigor na UFCG, e no artigo 9º deste Regulamento, ambas as Instituições partilharão a propriedade dos resultados da pesquisa e os direitos do que reza o *caput* deste artigo.

§2º É obrigatória a menção da Agência Financiadora da bolsa e/ou do projeto de pesquisa, tanto na Dissertação, quanto em qualquer publicação dela resultante.

Art. 63. A propriedade para publicação dos resultados do Trabalho Final é reservada ao aluno, como primeiro autor, devendo o encaminhamento de trabalhos para fins de publicação ocorrer no período máximo de 06 meses, contado a partir da defesa do Trabalho Final, findo o qual o Orientador poderá, a seu critério, publicar trabalhos como primeiro autor.

Art. 64. Para melhor operacionalizar a execução do planejamento acadêmico do Programa de acordo com os termos deste Regulamento e das normas vigentes na UFCG, a Coordenação, antes de cada período letivo a ser executado, deverá elaborar e dar ampla divulgação a um calendário escolar, contendo os prazos e os períodos definidos para a matrícula prévia, matrícula em disciplinas, ajustamento de matrícula, trancamento de matrícula em disciplinas, interrupção de estudos, exames de suficiência em língua estrangeira ou disciplinas, Exame de Qualificação e demais atividades acadêmicas.

Art. 65. Os casos omissos neste Regulamento serão apreciados pelo Colegiado do Programa e, posteriormente, submetidos ao Colegiado Pleno, ouvido o Conselho de Centro.

Art. 66. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II À RESOLUÇÃO 08-2006

ESTRUTURA CURRICULAR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS, NÍVEL MESTRADO

I – DISCIPLINAS DA ESTRUTURA ACADÊMICA DO CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS

A - DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS COMUNS

A.1 - DISCIPLINAS DO DOMÍNIO COMUM OBRIGATÓRIAS:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR.	UNIDADE ACADÊMICA RESPONSÁVEL
		TEOR.	PRÁT.	TOTAL		
1	Ecologia, sociedade e ambiente.	3	1	4	60	UAEF
2	Seminários em ciências florestais e ambientais.	2	0	2	30	UAEF
3	Metodologia da pesquisa científica	3	1	4	60	UAEF
4	Trabalho de dissertação	*	*	*	*	UAEF

* - sem contagem de créditos

A.2 - DISCIPLINA DO DOMÍNIO COMUM NÃO OBRIGATÓRIAS:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR.	UNIDADE ACADÊMICA RESPONSÁVEL
		TEOR.	PRÁT.	TOTAL		
1	Metodologia de Ensino	3	1	4	60	UAEF
2	Tópicos Especiais	*	*	*	*	UAEF
3	Estudos Especiais	*	*	2	30	UAEF

* Número de créditos variável

B - DISCIPLINAS ESPECÍFICAS SEGUNDO AS LINHAS DE PESQUISA:**B.1 – ECOLOGIA, SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS:**

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚM. DE CRÉDITOS			CARGA HORARIA. (**)	UNIDADE ACADÊMICA (*)
		TEOR.	PRÁT.	TOTAL		
1	Princípios de Etnobotânica	1	2	3	45	UAEF
2	Planejamento Ambiental em Bacias Hidrográficas	1	2	3	45	UAEF
3	Tecnologias para o Registro Espacial (cartografia digital)	2	2	4	60	UAEF
4	Ecologia e Biogeografia da caatinga	3	1	4	60	UAEF
5	Ecologia de populações e comunidades	3	1	4	60	UAEF
6	Arquitetura e Paisagismo Rural	2	2	4	60	UAEF
7	Meio Ambiente e Cidadania	4	0	4	60	UAEF
8	Química Ambiental	3	1	4	60	UAEF

B.2 – SILVICULTURA E MANEJO FLORESTAL

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HORARIA	UNIDADE ACADÊMICA
		TEOR.	PRÁT.	TOTAL		
1	Gênese e Química do Solo	2	1	3	45	UAEF
2	Melhoramento de Espécies Arbóreas	2	2	4	60	UAEF
3	Dendrologia	2	1	3	45	UAEF
4	Implantação Florestal	2	1	3	45	UAEF
5	Silvicultura Regional	2	1	3	45	UAEF
6	Inventário Florestal	3	1	4	60	UAEF
7	Estrutura e Manejo de Florestas Nativas	3	1	4	60	UAEF

B.3 – TECNOLOGIA DE PRODUTOS FLORESTAIS:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HORARIA	UNIDADE ACADÊMICA
		TEOR.	PRÁT.	TOTAL		
1	Biotodeterioração da Madeira	2	1	3	45	UAEF
2	Estrutura Anatômica da Madeira	2	2	4	60	UAEF
3	Preservação de Madeiras	2	2	4	60	UAEF
4	Produtos Energéticos da Madeira	2	1	3	45	UAEF
5	Qualidade da Madeira	2	1	3	45	UAEF
6	Química da Madeira	2	2	4	60	UAEF

ESTRUTURA ACADÊMICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS, NÍVEL DE MESTRADO, MINISTRADO PELO CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL.

EMENTA DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS COMUNS E ESPECÍFICAS DAS LINHAS DE PESQUISA DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
DOMÍNIO COMUM OBRIGATÓRIA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	ECOLOGIA, SOCIEDADE E AMBIENTE.				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	30	Prática	30
Créditos	04				
Professores Responsáveis	Sônia Correia Nóbrega de Assis, Joedla Rodrigues de Lima, Fernando César Vieira Zanella				
EMENTA					
Desenvolvimento e degradação dos recursos naturais, Desenvolvimento sustentável, Avaliação geral de questões ambientais importantes para a questão da sustentabilidade, sustentabilidade social, Políticas públicas para a sustentabilidade, sustentabilidade na realidade semi-árida.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ALTVATER, Elmar. O Preço da Riqueza. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. 333 p. [Tradução de Wofgang Leo Maar].					
ARAÚJO, F. S., RODAL, M. J. N. & BARBOSA, M. R. V. (eds.) Análise das variações da biodiversidade do bioma Caatinga: suporte a estratégias regionais de conservação, Ministério do Meio Ambiente, 2005. Brasília.					
BERMANN, Célio; MARTINS, Oswaldo S. Brasil 2020: O cenário energético tendencial e seu caráter insustentável. In: FASE. Sustentabilidade Energética no Brasil. Limites e possibilidades para uma estratégia energética sustentável e democrática. Rio de Janeiro: Cadernos Temáticos. Projeto Brasil Democrático e Sustentável. 2000.					
BOYCE, J. K. Inequality as a cause of Environmental degradation. Elsevier: Ecological Economics 11 (1994) p. 169-178.					
CONTI, Laura. Ecologia, Capital e Ambiente. São Paulo: Hucitec, [1986].					
DEMANBORO, Antonio Carlos. Uma Metodologia Alternativa para Avaliação Ambiental a Partir dos Conceitos de Totalidade e Ordem Implicada. Campinas: Unicamp, 2001. 216 p. Tese de Doutorado em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, 2001.					
FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes de. A Sociedade do Lixo: Os Resíduos, A Questão Energética e a Crise Ambiental. Piracicaba/SP : Editora UNIMEP, 1994.					

GONÇALVES, C. W. Porto. Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente, 10 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

HERMERY, Daniel; DELÉAGE, Jean-Paul; DEBEIR, Jean-Claude. Revolução Energética e Industrialização Européia. In: Uma História da Energia. Brasília: Editora UnB, [1986]. p.139-168. Traduzido por Flamarion.

LEAL, I.R.; TABARELLI, M. & SILVA, J.M.C. (eds.). Ecologia e conservação da caatinga. Editora Universitária da UFPE, Recife. 2003. 822p.

LIMA, J.R. Sociedade, Energia e Ambiente Semi-Árido: Estudo da Bacia Hidrográfica do Açude Sumé-Brasil. Campinas: Unicamp, 2004. 205 p. Tese de Doutorado em Planejamento Energético (interdisciplinar), Faculdade de engenharia Mecânica, Universidade estadual de Campinas, 2004.

MMA – Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga. UFPE/Conservation International do Brasil/Fundação Biodiversitas, Brasília. 2002.

SAMPAIO, E.V.S.B.; GIULIETTI, A. M.; VIRGÍNIO, J. & GAMARRA-ROJAS, C. F. L. (Eds.). Vegetação e flora da caatinga. APNE/CNIP, Recife. 2002.176p.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
DOMÍNIO COMUM OBRIGATÓRIA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	45	Prática	15
Créditos	04				
Professores Responsáveis	José Augusto de Lira Filho, Eder Ferreira Arriel, Olaf Andréas Bakke.				
EMENTA					
Método Científico, A delimitação da hipótese, A prática científica, Análise da variabilidade dos dados, Redação científica, Apresentação de trabalhos acadêmicos.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
Day, R. A. 1979. How to write and publish a scientific paper. ISI press, Philadelphia. 160p.					
Hoogan, J. 1996. O Fim da Ciência: uma discussão sobre os limites do conhecimento. Companhia das Letras, São Paulo. 363p.					
Krebs, C. J. 1998. Ecological Methodology. 2nd edition. Addison-Welsey, .					
Mondolfo, R. 1967. Sócrates. Editora Mestre Jou, São Paulo.					
Mood, A. M.; Graybill, F. A. e Goes, D. C. 1975. Introduction to the theory of statistics. McGraw Hill Book Company. 3 ed. 564 pp.					
Popper, K. R. 1972. A Lógica da Pesquisa Científica. 2ª Ed. Editora Cultrix/EDUSP, São Paulo. 567p.					
Parzen, E. 1973. Teoria moderna de probabilidade y sus aplicaciones. Editorial Limusa, S.A, México. 502 pp.					
Popper, K. R. 1982. Conjecturas e Refutações. 2ª Ed. Editora da UnB, Brasília. 449p.					
Rey, L. 1987. Planejar e redigir trabalhos científicos. Ed. Edgard Blucher, São Paulo. 240p.					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
DOMÍNIO COMUM OBRIGATÓRIA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	SEMINÁRIOS EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS				
Pré-Requisito	Ter cursado todas as disciplinas específicas da área de concentração e todas as outras obrigatórias.				
Carga Horária	30	Teórico	-	Prática	30
Créditos	2				
Professor Responsável	(a)	Coordenador do Curso ou professor designado pelo colegiado do curso.			
EMENTA					
Variável de acordo com os trabalhos desenvolvidos pelos alunos.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
Variável dependendo dos trabalhos a serem expostos.					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
DOMÍNIO COMUM OBRIGATÓRIA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	TRABALHO DE DISSERTAÇÃO				
Pré-Requisito					
Carga Horária	-	Teórico	-	Prática	-
Créditos	-				
Professor Responsável	(a)	O (A) orientador(a) do discente			
EMENTA					
Depende do tema desenvolvido					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
Depende do tema desenvolvido					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
DOMÍNIO COMUM NÃO OBRIGATÓRIA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	45	Prática	15
Créditos	04				
Professor (a) Responsável	Sônia Correia Assis da Nóbrega				
EMENTA					
<p>Metodologia do ensino superior e prática pedagógica: questões histórico-sociais e filosóficas. O contexto atual da Universidade brasileira. Natureza e a especificidade do trabalho pedagógico. Organização, desenvolvimento e avaliação do trabalho pedagógico. Aspectos didáticos e metodológicos no ensino superior. Práticas pedagógicas e ação político-social do docente do ensino superior. Planejamento e avaliação no ensino superior. Avaliação institucional.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>AFONSO, A . J. Avaliação educacional: regulação e emancipação. SP: Cortez, 2000. ANASTASIOU, L. das G. C; ALVES, L. P. (orgs.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLE, 2003. CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. L. M. (orgs.) O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas, SP: Papyrus, 2000. CHAVES, S. M. A avaliação da aprendizagem no ensino superior: realidade, complexidade e possibilidades. PUC/SP, tese de doutorado, 2003. CUNHA, M. I. da. O professor universitário na transição de paradigmas. Araraquara, SP: JM Editora, 1998. DE SORDI, M. R. A prática de avaliação do ensino superior: uma experiência na enfermagem. SP: Cortez, 1995. VILLAS BOAS, B. M. de F. (org.) Avaliação: políticas e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 2002.</p>					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
DOMÍNIO COMUM NÃO OBRIGATÓRIA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	Tópicos Especiais				
Pré-Requisito	A Definir				
Carga Horária	Variável	Teórico	variável	Prática	Variável
Créditos	Variável				
Professor Responsável	(a)	Professores da área de Ecologia, Manejo e Conservação dos Recursos Naturais.			
EMENTA					
Para cada proposta haverá ementa própria					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
Para cada proposta haverá bibliografia própria					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
DOMÍNIO COMUM NÃO OBRIGATÓRIA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	ESTUDOS ESPECIAIS				
Pré-Requisito					
Carga Horária	30	Teórico	A definir	Prática	A definir
Créditos	02				
Professor (a) Responsável	A ser definido conforme a disciplina a ser ofertada				
EMENTA					
Cada disciplina Estudos Especiais terá ementa própria, de acordo com o tema					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
Cada disciplina Estudos Especiais terá bibliografia própria, de acordo com o tema					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
ECOLOGIA, SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS – DISCIPLINA ESPECÍFICA.					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	PRINCÍPIOS DE ETNOBOTÂNICA				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	45	Teórico	15	Prática	30
Créditos	03				
Professor (a) Responsável	MARIA DAS GRAÇAS VELOSO MARINHO				
EMENTA					
A Etnobotânica como ciência; conceitos e métodos; papel do conhecimento etnobotânico na descoberta de novas substâncias de aplicação farmacêutica ou industrial, bem como na conservação da biodiversidade e no gerenciamento de recursos vegetais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ADAMS, C. 2000. Caiçaras na mata Atlântica – pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume/FAPESP.					
AMOROZO, M. C. M; MING, L. C. & SILVA, S. P. (eds) 2002. Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia, Etnoecologia e disciplina correlatas.					
COTTON, C. M. 1996. Ethnobotany – principles and applications. Sussex, England: John Wiley & Sons.					
FONSECA, V. S. ; SILVA, I. M. & SÁ, C. F. C. (EDS) 1998. Etnobotânica – bases para a conservação. Seropédica: EDUR.					
MARTIN, G. J. 1995. Ethnobotany – methods manual. London: Chapman & Hall.					
RIBEIRO, D. (ED.) 1986. Suma etnológica brasileira. Petrópolis: Vozes.					
SHULTES, R. E. & REIS, S. von (ed). 1995 Ethnobotany: evolution of a discipline. Portland: Dioscorides Press.					
Periódicos					
Acta Amazônica					
Acta Botânica Brasílica					
Biotemas					
Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi					
Economic Botany					
Fitoterapia					
Interciências					
Revista Brasileira de Farmácia					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
ECOLOGIA, SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS - DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	PLANEJAMENTO AMBIENTAL EM BACIAS HIDROGRÁFICAS				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	45	Teórico	30	Prática	15
Créditos	03				
Professor (a) Responsável	JOEDLA RODRIGUES DE LIMA				
EMENTA					
Interdisciplinaridade e bacia hidrográfica, elementos integradores da bacia hidrográfica, ciclo hidrológico, diagnóstico físico-conservacionista, diagnóstico sócio-econômico, diagnóstico ambiental, legislação ambiental, comitês de bacias hidrográficas, sustentabilidade ambiental, antropismo.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALMEIDA, J. Ribeiro. Planejamento Ambiental. Rio de Janeiro: Thex ed., 1993.</p> <p>ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste – Contribuição ao Estudo da Questão Agrária do Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.</p> <p>ANDRADE, Manoel Correia de. Nordeste: Alternativas da Agricultura. Campinas, SP: Papirus, 1988.</p> <p>BERTONI, José; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo. Piracicaba: Livroceres, 1985.</p> <p>BORROUGH, P. A. Principles of geographical information systems: Methods and Requiriments for Land use Planning. Oxford: Claredon Press, 1986</p> <p>BRAUN, Ricardo. Desenvolvimento ao Ponto Sustentável – Novos Paradigmas Ambientais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.</p> <p>CANUTO, João Carlos. Agricultura ecológica familiar, mercados e sustentabilidade socioecológica global. (Coletânea). In: _____. Agricultura familiar: Desafios para a Sustentabilidade. Aracajú: Embrapa; cpatc; sdr/ma, 1998. 276 p.</p> <p>CARVER S.; HEYWOOD, I.; COENELLIUS, S; SEAR, D. Evaluating Field Based GIS for Environmental Characterization, Modeling and Decision Support. In: International Journal of Geographical Information Systems, 1995, 9 (4), p. 475 – 486.</p> <p>LIMA, J. R. Aplicação de dados Orbitais no Estudo do Volume de Água dos Açudes Pilões e São Gonçalo, na Região Semi-árida da Paraíba – Brasil. Campina Grande: UFPB. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola), Departamento de Engenharia Agrícola, Universidade Federal da Paraíba, janeiro de 1995.</p> <p>LIMA, J. R. Sociedade, Energia e Ambiente Semi-Árido: Estudo da Bacia Hidrográfica do Açude Sumé-Pb-Brasil. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado (Pós graduação em Planejamento Energético, interdisciplinar), Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, abril de 2004.</p> <p>MOLLE, François; CADIER, Eric. Manual do Pequeno Açude – Construir, Conservar, Aproveitar Pequenos Açudes no Nordeste Brasileiro. Recife: SUDENE-DPG-PRN-DPP-APR, 1992.</p> <p>PARAÍBA. Plano Diretor da Bacia do Rio Paraíba. João Pessoa/PB: SIRAC/ Governo do Estado da Paraíba. 1984.</p> <p>PDRH-PB. Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. João Pessoa/PB: SEMARH/ Governo do Estado da Paraíba. 1996 (CD-ROM).</p>					

- REBOUÇAS, A. C. Panoramas da Degradação do Ar, da Água Doce e da Terra no Brasil. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências (IEA/USP), 150 p.
- REICHARDT, KLAUS. A Água na Produção Agrícola. São Paulo: Mc-Graw-Hill do Brasil, 1978.
- ROCHA, José S. M. da. Manual de Projetos Ambientais. Santa Maria, RS: Imprensa Universitária, 1997. 423 p.
- SILVA NETO, A. F. Avaliação dos Recursos Hídricos e Uso da Terra na Bacia Alto Rio Sucuru, com base em imagens TM/Landsat-5. Campina Grande: UFPB. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola), Departamento de Engenharia Agrícola. Universidade Federal da Paraíba, 1993.
- TUCCI, Carlos E. M. Hidrologia: Ciência e Aplicação, 3 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, EDUSP, ABRH, 2002.
- TUNDISI, José Galizia. Água no Século XXI: Enfrentando a Escassez. São Carlos, SP: RIMA, IIE, 2003.
- VALÉRIO FILHO, M. Técnicas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto Aplicadas ao Estudo Integrado de Bacias hidrográficas. In: Uso dos solos altamente susceptíveis à erosão, IX Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água. Jaboticabal, SP, 1992. p. 223 – 241.
- VEIGA, José Eli. A Face Rural do Desenvolvimento. Natureza, Território e Agricultura. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFGS, 2000. 197 p.
- VIEIRA, Vicente P.P. B.(coord.). A Água e o Desenvolvimento Sustentável no Nordeste. Brasília: IPEA, 2000.
- VILLELA, Swami Marcondes; MATTOS, Arthur. Hidrologia Aplicada. São Paulo: Mc-Graw-Hill do Brasil, 1975.
- Nesta bibliografia inclui-se, como material de suporte, pesquisa a periódicos especializados e anais de congressos nas áreas de recursos hídricos, solos e manejo de bacias hidrográficas.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
ECOLOGIA, SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS - DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	TECNOLOGIAS PARA O REGISTRO ESPACIAL				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	30	Prática	30
Créditos	04				
Professor (a) Responsável	JOEDLA RODRIGUES DE LIMA				
EMENTA					
<p>Princípios básicos de cartografia: escala, sistemas de coordenadas geográficas, projeções cartográficas, legendas, introdução aos sistemas de posicionamento por satélites, confecção de mapas temáticos. Introdução aos sistemas de informações geográficas, Anatomia interna de um SIG, entrada e integração de dados, usos do geoprocessamento. Introdução ao sensoriamento remoto, princípios físicos, sistemas sensores. Processamento digital de imagens, introdução, princípios básicos e métodos para o tratamento de imagens, georeferenciamento de imagens.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALLUM, J. A. E. Photogeology and Regional Mapping. London: Pergamon Press, 1969. 108p.</p> <p>AMERICAN SOCIETY OF PHOTOGRAMMETRY. Manual of Remote Sensing - Sheridan Press Press. Falls Church, 1983.</p> <p>ASSAD, E. D. e SANO, E. E. Sistemas de Informações Geográficas. Aplicações na agricultura. EMBRAPA, CPAC. Brasília-DF, 1993. p. 173-199.</p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA - Secretaria Geral. Projeto RADAMBRASIL. Folhas SB-24/25, Jaguaribe/Natal; Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso Potencial da Terra. Rio de Janeiro, 1981. 744p.</p> <p>DPI/INPE - Divisão de Processamento de Imagens/Instituto de Pesquisas Espaciais. Processamento de Imagens. Vol. 4. SPRING Versão 2.0. São José dos Campos. 1996. pp. 1-23.</p> <p>EASTMAN, J. R. Idrisi for windows. User's Guide. Version 1.0. Clark University. Worcester, MA. USA, 1995.</p> <p>EASTMAN, J. R. IDRISI Manual. Clara University – Graduate School of Geography, Massachusetts.</p> <p>ENGESPAÇO. Manual Básico do Sistema Geográfico de Informações - SGI. São Bernardo do Campo: ENGESPAÇO IND. E COM. LTDA, 1993. 152p.</p> <p>FORMAGGIO, A. R. Comportamento espectral de quatro solos do Estado de São Paulo nos níveis orbital, de campo e de laboratório. INPE. São José dos Campos, 1983. 140p.</p> <p>FORMAGGIO, A. R.; ALVES, D. S. & EPIPHANIO, J. C. N. Sistemas de Informações Geográficas na obtenção de mapas de aptidão agrícola e de taxa de adequação de uso das terras. In: Revista Brasileira de Ciência do Solo, Campinas, 1992. 16: 249-256.</p> <p>IDRISI - Student Manual, The IDRISI Project. Clark University. Worcester - MA, 1992.</p> <p>JOLY, Fernand. A Cartografia. [trad. Tânia Pellegrini, ver. Téc. Roseli Pacheco D. Ferreira]. Campinas: Papirus, 1990.</p> <p>LILLESAND, T. M & KIEFER, R. W. Remote Sensing and image interpretation. 3rd edition. New York : Jonh Wiley & Sons, Inc., 1994. 748p.</p>					

LIMA, J. R. Aplicação de dados Orbitais no Estudo do Volume de Água dos Açudes Pilões e São Gonçalo, na Região Semi-árida da Paraíba – Brasil. Campina Grande: UFPB. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola), Departamento de Engenharia Agrícola, Universidade Federal da Paraíba, janeiro de 1995.

LIMA, J. R. Sociedade, Energia e Ambiente Semi-Árido: Estudo da Bacia Hidrográfica do Açude Sumé-Pb-Brasil. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado (Pós graduação em Planejamento Energético, interdisciplinar), Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, abril de 2004.

MARQUES, J. N.; BRAGA, E. L. & MEDEIROS, J. S. Utilização de banco de dados de solos integrado com o sistema de informações geográficas para identificação da aptidão edáfica das terras. In: VII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. 1993, Curitiba. Anais. Curitiba. 1993. V. II. pp. 165-169.

MARTINELLI, Marcelo. Curso de Cartografia Temática. São Paulo: Contexto, 1991.

MCT/ INPE. SPRING V 4.1. Disponível para download em: <http://www.dpi.inpe.br/spring>.

MOREIRA, Maurício Alves. Aplicações do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2001.

Noções Básicas de Cartografia (Dep de Cartografia - Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 130p. (Manuais técnicos em geociências nº 8)

NOVO, E. M. L. DE M. Sensoriamento Remoto - Princípios e Aplicações. Editora Edgard Blücher Ltda, São Paulo, 1989.

OLIVEIRA, F. G. Estudo de alguns parâmetros em corpos d'águas costeiros, aplicando-se sensoriamento remoto. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN. 1991. 66p. (Plano de Dissertação).

PINTO, S. A. F. Sensoriamento Remoto e integração de dados aplicados no estudo da erosão dos solos: contribuição metodológica. São Paulo: USP, 1991. (Tese de Doutorado).

QUEIROZ, J. E. R. de; BARROS, M. A. de. Técnica de Análise Digital de Imagens Multiespectrais. Programa de Suporte Técnico à Gestão de Recursos Hídricos-ABEAS. Curso de Especialização em Sensoriamento Remoto e SIG. Módulo 8. Brasília-DF.1996c.

SANTOS, M. J. DOS; MENINO, I. BERTO.; FERNANDES, M. F. Mapeamento pedológico em parte da região semi-árida do Estado da Paraíba. In: VI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Manaus. Anais: Manaus, 1990a. Vol. IV. pp. 873-881.

SCHMIDLIN, D. Captura da informação espacial. Revista Fator GIS-nº 05. Curitiba, 1994. P. 17-19, ab./mai/jun.

SILVA, F. H. B. B. DA. Caracterização dos Padrões de Drenagem a partir de Técnicas de Sensoriamento Remoto para Uso em Levantamentos de Reconhecimento (Alta Intensidade) de Solos. Campina Grande, UFPB, 1994. 149p. (Dissertação de Mestrado).

VALÉRIO FILHO, M.; EPIPHANIO, J. C. N.; FORMAGGIO, A. R. Metodologia de Interpretação de Dados de Sensoriamento Remoto e Aplicações em Pedologia. Publicação Interna. INPE-2211-MD/008. 1981. 58p.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS

ECOLOGIA, SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS - DISCIPLINA ESPECÍFICA

CÓDIGO DA DISCIPLINA:

Disciplina

ECOLOGIA E BIOGEOGRAFIA DA CAATINGA

Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	45	Prática	15
Créditos	04				
Professor (a) Responsável	FERNANDO C. V. ZANELLA				
EMENTA					
Os domínios morfoclimáticos e fitogeográficos da América do Sul. Características gerais do meio físico. Compartimentação biogeográfica no domínio das caatingas. Diversidade e endemismo. Traçados biogeográficos. Ecologia da flora da Caatinga. Ecologia da fauna da caatinga. Conservação da caatinga.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
CEGET. 1980. Géographie et écologie de la Paraíba (Brésil). <i>Travaux et Documents de géographie tropicale</i> . Centre d'Études de Géographie Tropicale (CEGET - CNRS), Bourdeax, 41: 1 - 180.					
LEAL, I. R.; TABARELLI, M. & SILVA J. M. C. (eds.) 2003. <i>Ecologia e Conservação da Caatinga</i> . Recife, Ed. Universitária da UFPE.					
SILVA J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T. & LINS, L. V. (orgs.) 2004. <i>Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação</i> . MMA/UFPE, Brasília.					
Bibliografia complementar:					
AB'SÁBER, A. N. 1974. O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras. <i>Geomorfologia</i> , 43: 1 - 39.					
AB'SÁBER, A. N. 1977a. Os domínios morfoclimáticos na América do Sul. Primeira aproximação. <i>Geomorfologia</i> , 52: 1 - 24.					
AB'SÁBER, A. N. 1985. Os Sertões: A Originalidade da Terra. <i>Ciência Hoje</i> , 3 (18): 1 - 10.					
ANDRADE-LIMA, D. 1981. The caatingas dominium. <i>Revta. brasil. Bot.</i> , 4: 149 - 153.					
ANDRADE-LIMA, D. 1982. Present day forest refuges in northeastern Brazil. In: <i>Biological Diversification in the Tropics</i> . Prance, G. T. (Ed.). Columbia Univ. Press, NY, USA. p. 245 - 251.					
CABRERA, A. L. & WILLINK, A. 1973. <i>Biogeografia de América Latina</i> . Série de biologia. Monografia 13. Programa Regional de Desarrollo Científico y Tecnológico. Departamento de Assuntos Científicos, OEA. Whashington, DC.					
COIMBRA-FILHO, A.F. & CÂMARA, I. G. 1996. <i>Os limites originais do bioma Mata Atlântica na região Nordeste do Brasil</i> . Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, Rio de Janeiro.					
JANZEN, D. H. 1997. Florestas Tropicais Secas: o mais ameaçado dos grandes ecossistemas tropicais. Pp 166-176 In: <i>Biodiversidade</i> . Wilson, E. O. (ed.). Tradução de M. Santos e R. Silveira. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.					
HUECK, K. 1972. <i>As Florestas da América do Sul</i> . Trad. H. Reichardt. Editora Polígono/UnB, São Paulo.					
MARES, M. A.; WILLIG, M. R. & LARCHER, T. 1985. The brazilian Caatinga in south american zoogeography: tropical mammals in a dry region. <i>J. Biogeography</i> , 12: 57 - 69.					
MORRONE, J.J. & CRISCI, J. V. 1995. Historical biogeography: introduction to methods. <i>Annu. Rev. Ecol. Syst.</i> , 26: 373 - 401.					
NIMER, E. 1977. Clima. In: <i>Geografia do Brasil - Região Nordeste</i> . Vol. 2. SERGRAF, IBGE, Rio de Janeiro. pp. 47 - 84.					
NIMER, E. 1979. <i>Pluviometria e recursos hídricos de Pernambuco e Paraíba</i> . IBGE, Rio de Janeiro. 128 p.					
PRADO, D. E. 1991. <i>A critical evaluation of the floristic links between Chaco and Caatingas vegetation in South America</i> . PhD Thesis. University of St. Andrews, Scotland.					
PRADO, D. E. & GIBBS, P. E. 1993. Patterns of species distributions in the dry seasonal					

forests of South America. *Ann. Missouri Bot. Gard.*, 80 (4): 902 - 927.

REIS, A. C. de S. 1976. Clima da Caatinga. *Ann. Acad. Bras. Ci.*, 48 (2): 325 - 35.

RIZZINI, C. T. 1979. *Tratado de Fitogeografia do Brasil. Vol II. Aspectos Sociológicos e Florísticos*. Hucitec/EDUSP, São Paulo, Brasil.

RODAL, M. J. N. 1999. Vegetação do semi-árido nordestino: estado atual de conhecimento. *Congresso Nacional de Botânica, Anais*, Blumenau, SC, 50: 303 - 304.

RODRIGUES, M. T. 1996. Lizards, snakes, and amphisbaenians from the quaternary sand dunes of the middle rio San Francisco, Bahia, Brazil. *J. Herpetology*, 30 (4): 513 - 523.

SALGADO, O. A., JORDY, S. F^O & GONÇALVES, L. M. C. 1982. Vegetação. In: *Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais. Vol. 23 - Jaguaribe/Natal*. Ministério de Minas e Energia, Rio de Janeiro, RJ. pp. 485 - 544.

SAMPAIO, E. V. S. B., ANDRADE-LIMA, D. & GOMES, M. A. F. 1981. O gradiente vegetacional das caatingas e áreas anexas. *Revta. brasil. Bot.*, 4: 27 - 30.

SARMIENTO, G. 1975. The dry plant formation of South America and their floristic connections. *J. Biogeography*, 2: 233 - 251.

STREILEIN, K. E. 1982. The ecology of small mammals in the semiarid brazilian Caatinga. III. Reproductive biology and population ecology. *Am. Carnegie Mus.*, 51: 251-269.

STREILEIN, K. E. 1982. The ecology of small mammals in the semiarid brazilian Caatinga. IV. Habitat selection. *Am. Carnegie Mus.*, 51: 331-343.

VANZOLINI, P. E. 1976. On the lizards of a Cerrado-Caatinga contact: evolutionary and zoogeographical implications (Sauria). *Papéis Avulsos Zool.*, São Paulo, 29 (16): 111 - 119.

VANZOLINI, P. E. 1981. A quasi-historical approach to the natural history of the differentiation of reptiles neotropical geographic isolates. *Papéis Avulsos Zool.*, São Paulo, 34 (19): 189 - 204.

VANZOLINI, P. E. & WILLIAMS, E. E. 1981. The vanishing refuge: a mechanism for ecogeographic speciation. *Papéis Avulsos Zool.*, São Paulo, 34 (23): 251 - 255.

VITT, L. J. 1995. The ecology of tropical lizards in the Caatinga of northeastern Brazil. *Occ. Pap. Oklahoma Mus. Nat. Hist.*, 1: 1-29.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
ECOLOGIA, SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS - DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	ECOLOGIA DE POPULAÇÕES E COMUNIDADES				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	45	Prática	15
Créditos	04				
Professor (a) Responsável	FERNANDO C. V. ZANELLA				
EMENTA					
Estrutura de populações. Distribuição espacial de populações. Dinâmica de populações. Processos demográficos. Crescimento populacional e fatores reguladores. Biogeografia de Ilhas e metapopulações. Estratégias bionômicas. Estrutura de comunidades biológicas. Influência das interações bióticas e das perturbações na estrutura das comunidades. Fatores determinantes da biodiversidade nas comunidades locais. Complexidade e estabilidade nas comunidades biológicas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BEGON, M. & MORTIMER, M. 1981. Population ecology. Blackwell Scientific Publications, Oxford.					
KREBS, C. J. 1989. Ecological Methodology. Harper & Row, New York.					
LAROCCA, S. 1995. Ecologia. Princípios e métodos. Editora Vozes, Petrópolis.					

- MAGURRAN, A. E. 1988. Ecological diversity and its measurement. Cambridge University Press, London.
- MARGALEF, R. 1982. Ecología. Omega, Madrid.
- ODUM, E. 1985. Ecologia. Interamericana, Rio de Janeiro.
- PUTMAN, R. J. 1994. Community ecology. Chapman & Hall, London.
- RICKLEFS, R. E. 1996. A economia da natureza. 3^a ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro.
- RICKLEFS, R. E. & SCHLUTER, D. 1993. Species diversity in ecological communities. The University of Chicago Press, Chicago.
- SOLOMON, M. E. 1976. Dinâmica de populações. E.P.U., São Paulo.
- WILSON, E. O. & BOSSERT, W. H. 1971. A primer on population biology. Sinauer Associates, inc. publishers, Massachusetts.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
ECOLOGIA, SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS - DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	ARQUITETURA E PAISAGISMO RURAL				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	30	Prática	30
Créditos	4				
Professor Responsável	(a)	JOSÉ AUGUSTO DE LIRA FILHO			
EMENTA					
<p>Paisagismo e paisagem rural. Arquitetura Rural e Arquitetura Agrícola. Uma visão sistêmica sobre o Complexo Agro-Industrial-Comercial brasileiro. Panorama histórico sobre a Arquitetura Rural Brasileira. Histórico do paisagismo no Brasil. A arquitetura de uma unidade de produção agro-industrial. A arquitetura de outras cadeias produtivas. O planejamento arquitetônico da unidade de produção e da região agrícola. A vegetação no contexto do paisagismo rural. Relações entre paisagismo, ecoturismo e turismo rural. Planejamento paisagístico rural. Paisagismo rodoviário.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARQUITETURA no Brasil. Depoimentos. Arquitetura Panamericana, (Montevideu) Brasília, n 4, mai, 1996</p> <p>BRUAN, Y. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981. n.p.</p> <p>CASA de fazenda: uma seleção de 17 fazendas no mais puro estilo da Arquitetura rural brasileira. 2 ed. São Paulo: Abril, 1997. 174 p.</p> <p>FABRIS, A. Ecletismo na Arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel, 1987</p> <p>FERRAZ, M.C. Arquitetura rural na Serra da Mantiqueira. São Paulo: Quadrante, 1992. 93 p.</p> <p>LEMO, A C. Arquitetura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, s.d.</p> <p>LUSSY, C.R. Arquitetura rural de Cuno M. Lussy. Viçosa: UFV/DAU, 1993. 75 p.</p> <p>SEGAW, H. Arquiteturas no Brasil. São Paulo: Editora da USP, 1999.</p>					
PAISAGISMO RURAL:					
<p>ARAÚJO, J.C.F. ABC do Turismo Rural. Viçosa: CPT, 2001. 138 p..</p> <p>BRONDANI E.J.; SILVA, L.C. Arborização de açudes e barragens. Porto alegre: Secretaria da Agricultura/RS, 1983. 19.</p> <p>CARPENTER, P.L. Plants in the landscape. San Francisco: W.H. Freeman and Co., 1975</p> <p>COLVIN, B. Land and landscape, evolution, design and control. London: J. Murray, 1970. 411 p.</p> <p>DEMATÊ, M.E.S.P. Princípios de paisagismo. 2 ed. Jaboticabal: Funep, 1999. 101 p.</p> <p>FERNANDES, A. G.; BEZERRA, P. Estudo fitogeográfico do Brasil. Fortaleza: Stylus comunicações, 205 p.</p> <p>LORENZI, H. Árvores Brasileiras. Nova Odessa: Plantarum, 1992. 352 p.</p> <p>LORENZI, H.; SOUZA, H.M. Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras. São Paulo: Plantarum, 1995. 720 p.</p> <p>LIRA FILHO, J. A Paisagismo: princípios básicos. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2001. 163 p. (Serie Planejamento Paisagístico, 1)</p> <p>LIRA FILHO, J. A Paisagismo: elementos de composição e estética. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2002. 193 p. (Serie Planejamento Paisagístico, 2)</p>					

LIRA FILHO, J. A Paisagismo: elaboração de projetos de jardins. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2003. 228 p. (Serie Planejamento Paisagístico, 3)

MACEDO, S.S. Planos de massas – um instrumento para o desenho da paisagem. São Paulo: FAAUSP, 1989. p. 09-41 (Paisagem e ambiente, ensaios, 1)

MARTINS, S.V. Recuperação de matas ciliares. Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2001. 141 p.

MORAES, W.V. Ecoturismo: um bom negócio com a natureza. Viçosa: Aprenda fácil, 2002. 158 p.

MORAES, W.V. Ecoturismo: planejamento, implantação e administração de empreendimento.. Viçosa: Aprenda fácil, 2002. 170 p.

OLIVEIRA FILHO, A T. Áreas silvestres e paisagismo. Lavras: UFLA, 1990. 91 p.

SANTOS, M.C. Manual de jardinagem e paisagismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978. 456 p.

SALVIATI, E.J. Tipos vegetacionais aplicados ao paisagismo. São Paulo: FAUUSP, 1994. p. 09-44 (Paisagens e ambiente – Ensaios, 5)

SOARES, M.P. Verdes urbanos e rurais: orientação para arborização de cidades e sítios campestres. Porto Alegre: Cinco continentes 1998. 242 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Unidades de conservação. Ação Ambiental. Viçosa: Editora UFV, v. 4, n. 19, agosto/setembro/2001.

VELOSO, H.P. Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 124 p.

WINTERS, G. Curso avançado de paisagismo. São Paulo: Centro Paisagístico “Gustaaf Winters’ , 1991. 113 p.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
ECOLOGIA, SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS - DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	MEIO AMBIENTE E CIDADANIA				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	45	Prática	15
Créditos	04				
Professor (a) Responsável	SÔNIA CORREIA ASSIS DA NÓBREGA				
EMENTA					
Origem dos problemas ambientais. Gestão ambiental. Movimento ambientalista. Ecologia e cidadania. Políticas ambientais no Brasil. Desenvolvimento sustentável.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ACSERALD, H. (org.) <i>Meio ambiente e democracia</i> . Rio de Janeiro: IBASE, 1992.					
ACSERALD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A(orgs.). <i>Justiça ambiental e cidadania</i> . Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.					
CALDERÓN, A. I.; CHAIA, V. (orgs.) <i>Gestão municipal: descentralização e participação popular</i> . São Paulo: Cortez, 2002.					
FAJARDO, E. <i>Ecologia e cidadania</i> . Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.					
KOGA, D. <i>Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos</i> . São Paulo: Cortez, 2003.					
LAGO, P. F. <i>A consciência ecológica: A luta pelo futuro</i> . Florianópolis: UFSC, 1991.					
PEDRINI, A. G. <i>O contrato social da ciência: unindo saberes na educação ambiental</i> . Petrópolis: Vozes, 2002.					
POCHMANN, M. et al. <i>Agenda não liberal da inclusão social no Brasil</i> . São Paulo: Cortez, 2005.					
REIGOTA, M. <i>Meio ambiente e representação social</i> . São Paulo: Cortez, 2001.					
SILVA-SANCHÉS. S. S. <i>Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil</i> . São Paulo:					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
ECOLOGIA, SOCIEDADE E RECURSOS NATURAIS- DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	QUÍMICA AMBIENTAL				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	45	Prática	15
Créditos	04				
Professor Responsável	(a)	VICENTE QUEIROGA NETO			
EMENTA					
Princípios de métodos espectrométricos e cromatográficos. Produtos inorgânicos tóxicos. Produtos orgânicos tóxicos. Química do ar das águas naturais e poluídas. Resíduos contaminantes do solo.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BAIRD, C. Química ambiental. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002, 622p.					
BUCHHOLZ, R. A. Principles of Environmental Management. 2ª Ed. New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1998, 211p.					
DOMÉNECH, X. Química ambiental; el impacto ambiental de los residuos. Madrid: Miraguano, 1993. 254 p.					
DYER, J. R. Aplicações da espectroscopia de absorção de compostos orgânicos. São Paulo: Edgard Blücher, 1977, 151p.					
EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra Editora, 1996, 178p.					
LUNA, A. S. Química analítica ambiental. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, 164p.					
ZAVATTI, L.M.S. e Abakerli, R.B. (1999) Resíduos de Agrotóxicos em Frutos de Tomate, Pesquisa Agropecuária Brasileira, 34 (3): 473-480.					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
SILVICULTURA E MANEJO FLORESTAL- DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	GÊNESE E QUÍMICA DO SOLO				
Pré-Requisito					
Carga Horária	45	Teórico	15	Prática	30
Créditos	03				
Professor (a) Responsável	RICARDO ALMEIDA VIÉGAS				
EMENTA					
Geologia geral e petrografia; Geotectônica e formação de solos; Paisagem pedogenética brasileira; Equilíbrio dinâmico em solos; Dinâmica química dos elementos nutrientes no solo bem como suas relações com o desenvolvimento das plantas superiores; Técnicas em laboratório.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
WILLARD, L. LINDSAY. Chemical equilibria in solos, Ed. John Wiley & Sons. 449.p, 1979.					
ANDRADE, H., SOUZA, J.J. Solos: Origem, Componentes e Organização. Lavras: ESAL/FAEPE. 1999,170p.					
OLIVEIRA, J.B., JACOMINE, P.T.K., CAMARGO, M.N. Classes Gerais de Solos do Brasil. Piracicaba,FUNEP/UNESP,1992.201p.					
RESENDE, M., CURI. N., RESENDE, S.B., CORRÊA, G.F. Pedologia: Base para distinção de ambiente. Viçosa, 1995. 304p.					
SILVA, F. C. Manual de análises químicas de solos plantas e fertilizantes. Embrapa, 370p. 1999.					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
SILVICULTURA E MANEJO FLORESTAL – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	DENDROLOGIA				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	45	Teórico	30	Prática	15
Créditos	3				
Professor (a) Responsável	ASSÍRIA MARIA FERREIRA DA NÓBREGA				
EMENTA					
Introdução à dendrologia, Taxonomia Botânica, Herbário Florestal, Arboreto, Fenologia Flore Metodologia de levantamentos dendrológicos. Gimnospermas e Angiospermas de inter Florestal.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
AGAREZ, F.V; RIZZINI, C.M; PEREIRA, C. <i>Botânica: taxonomia, morfologia e reprodução das angiospermas: chave para determinação das famílias</i> , 2 ^a . ed. Rio de Janeiro, Editora Âmbito Cultural. 1994. 256 p. il.					
BARROSO, G. M. et al. <i>Sistemática de Angiosperma do Brasil</i> , Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978, 225 p.					
JOLY, A B. <i>Botânica: Introdução à Taxonomia Vegetal</i> , 4 ^a . ed. São Paulo, Ed. Nacional. 777 p. 1977.					
LAWRENCE, G. H. N. <i>Taxonomia das Plantas Vasculares</i> , Calouste Gulbenkian, Lisboa, v. 2 , 854 p, 1977.					
LORENZI, H. <i>Árvores Brasileiras – manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas</i>					

nativas do Brasil. Nova Odessa, São Paulo. Ed. Plantarum, v.1, 349 p.

LORENZI, H. *Árvores Brasileiras – Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. Nova Odessa. SP. Ed. Plantarum. 2ª ed. v. 2 368 p, 2002.

MARCHIORI, J.N.C. *Elementos de dendrologia*. Santa Maria, UFSM, 163 p, 1995.

_____. *Dendrologia das Angiospermas: leguminosas* Santa Maria, UFSM, 200 p.il., 1997.

_____. *Dendrologia das Angiospermas: das Magnoliáceas as Flacoutiaceas*. Santa Maria, UFSM, 200 p.il. 1997.

PAULA, J. E. de.; ALVES, J.L. de H. *Madeiras nativas: anatomia, dendrologia, dendrometria, produção e uso*. Ed. MOA, Brasília –DF. 543 p. 1997.

PINHEIRO, A.L., ALMEIDA, E.C. *Fundamentos de taxonomia e dendrologia tropical*. Viçosa: JARD Produções Gráficas, 72p. 1994.

MALHO, R. S. *Dendrologia*. Viçosa, Imprensa Universitária, 123 p. 1975.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
SILVICULTURA E MANEJO FLORESTAL – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	IMPLANTAÇÃO FLORESTAL				
Pré-Requisito					
Carga Horária	45	Teórico	30	Prática	15
Créditos	03				
Professor (a) Responsável	ASSÍRIA MARIA FERREIRA DA NÓBREGA				
EMENTA					
Ciclo de vida dos povoamentos florestais, Implantação de florestas. Tratos culturais, Cortes culturais de desbastes e desramas, Regeneração e reforma de povoamentos florestais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BAWLEY, R. C. <i>Silvicultura Prática</i> . Barcelona. Omega Ediciones S.A.. 544p. 1972					
CÂNDIDO, J. F. <i>Curso de especialização em Silvicultura</i> . Recife-PE. SUDENE/UFRPE 1975.					
CAMPOS, J.C. C.; LEITE, H.G. <i>Mensuração Florestal – perguntas e Respostas</i> . Viçosa: UFV, 407 p. il. 2002					
FLOR, H. de M. <i>Florestas Tropicais: como intervir sem devastar</i> . Ícone Editora Ltda, São Paulo, SP. 180 p. 1985.					
LARCHER, W. <i>Ecofisiologia vegetal</i> . São Carlos Ed. Rima 531 p. 2000.					
LIMA, W. DE P. <i>O reflorestamento com eucalipto e seus impactos ambientais</i> . Artpress. São Paulo, 1987.					
MANUAL DO TÉCNICO FLORESTAL; APOSTILAS DO COLÉGIO FLORESTAL DE IRATI. Campo Largo, Ingra S.A., 4 v. 1, 484 p. 1986.					
MAIA, G. N. <i>Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades</i> . Ed. São Paulo D & Z. 413 p. il. 2004.					
NOGUEIRA, J. C. B. <i>Reflorestamento heterogêneo com essências indígenas</i> (Boletim Técnico, N° 24). Instituto Florestal 1977.					
SAAD, Odilon. <i>Maquinas e Técnicas de Preparo inicial do solo</i> . São Paulo, Nobel S.A. 100p 1977					
SMITH, D. M. <i>The Práctice of Silviculture</i> . New York, London, Jonh Willey & Sens Inc. 1962. 578p					
TAYLOR, C.J. <i>Introdução a Silvicultura Tropical</i> São Paulo, Edgar Blucher. 200p. 1969.					
TESTA, A. <i>Mecanização do desmatamento: As novas fronteiras agrícolas</i> . Ed. Agronômica Ceres Ltda. 1983. São Paulo.					
VALERI, S.V.; POLITANO, W.; SENÔ, K.G.A.; BARRETO. <i>Manejo e Recuperação</i>					

Florestal: legislação, uso da água e sistemas agroflorestais. FUNEP. Jaboticabal-SP. 180 p. il. 2003.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
SILVICULTURA E MANEJO FLORESTAL – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	SILVICULTURA REGIONAL				
Pré-Requisito					
Carga Horária	45	Teórico	30	Prática	15
Créditos	03				
Professor (a) Responsável	ASSÍRIA MARIA FERREIRA DA NÓBREGA				
EMENTA					
<p>Introdução ao estudo da silvicultura regional. Silvicultura das essências exóticas e nativas: aspectos fenológicos, exigências edafo-climáticas e capacidade de multiplicação. Recuperação de área degradada. Desenvolvimento dos sistemas silviculturais no Brasil. Silvicultura no Nordeste Brasileiro: Potencial Silvicultural. Zoneamento Ecológico para Reflorestamento no Brasil. Aspecto da Fitogeografia da Caatinga.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>FERNANDES, A & BEZERRA, P. <i>Estudo fitogeográfico do Brasil</i>, Fortaleza, Stylus Comunicações, 250p, 1990.</p> <p>GALVÃO, A. P M. Reflorestamento de Propriedades rurais para fins produtivos e ambientais – Um guia para ações municipais e regionais. Brasília. Embrapa.2000. Colombo – PR. 351.p.</p> <p>HILDEBRANDO, M.F. <i>Florestas Tropicais</i>. Como intervir sem devastar. Ícone editora Ltda. S. Paulo, SP.</p> <p>AMPRECHT, H. Silvicultura nos Trópicos: ecossistemas florestais e respectivas espécies arbóreas – possibilidades e métodos de aproveitamento sustentado, Trad. De Guilherme d Almeida – Sedas e Gilberto Calcagnotto, Eschbotn, GTZ, 1990 343p.</p> <p>LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J.M. C. <i>Ecologia e conservação da caatinga</i>. Ed. Universitária da UFRPe. 803 p. il, 2003.</p> <p>SAMPAIO, E. V.S.B.; GIULIETTI, A.M.; VIRGILIO, J., ROJAS, C. F. L. G. <i>Vegetação & Flora da caatinga</i>. APNE; Centro Nordestino de Informações sobre Plantas – CNIP, 2002. 176 p. il.</p> <p>RIZZINI, C.T. <i>Tratado de Fitogeografia do Brasil: spectos ecológicos, sociológicos e florístico</i>. Âmbito cultural, São Paulo, 1997. 747 p.</p> <p>PARAÍBA. Atualização do Diagnóstico Florestal do Estado da Paraíba. João Pessoa: SUDEMA. 2004. 268 p.</p>					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
SILVICULTURA E MANEJO FLORESTAL – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	MELHORAMENTO DE ESPÉCIES ARBÓREAS				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	30	Prática	30
Créditos	04				
Professor (a) Responsável	EDER FERREIRA ARRIEL				

EMENTA

Introdução ao melhoramento de espécies arbóreas. Sistemas reprodutivos das plantas. Variação em espécies arbóreas. Genética de populações. Genética quantitativa. Métodos de melhoramento. Produção de sementes melhoradas. Propagação vegetativa no melhoramento. Hibridação. Melhoramento visando resistência a doenças e pragas. Diversidade genética. Conservação genética. Interação genótipo- ambiente. Seleção precoce. Biotecnologia aplicada ao melhoramento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BORÉM, A. Hibridação artificial de plantas. Viçosa: Editora UFV, 1999. 546p.
- BORÉM, A. Melhoramento de espécies cultivadas. Viçosa: Editora UFV, 1999. 817p.
- BRUCKNER, C.H. (Editor) Melhoramento de fruteiras tropicais. Viçosa: Editora UFV, 2002. 422p.
- CRUZ, C. D.; CARNEIRO, P. C. S. Modelos biométricos aplicados ao melhoramento genético. Viçosa: Imprensa Universitária, 2003. 585p.
- RAMALHO, M.A.P.; SANTOS, J.B.; PINTO, C.B. Genética na agropecuária. Lavras: Editora UFLA, 2^a Edição. 2000. 472p.
- RESENDE, M.D.V. Genética biométrica e estatística no melhoramento de plantas perenes. Brasília: EMBRAPA, 2002. 975p.
- ZOBEL, B. J.; TALBERT, J. T. Applied forest tree improvement. New York: John Wiley e Sons, 1984. 506p.

UFCEG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
MANEJO FLORESTAL – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	INVENTÁRIO FLORESTAL				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	45	Prática	15
Créditos	04				
Professor Responsável	(a)	JOSUEL ARCANJO DA SILVA			
EMENTA					
<p>Introdução, importância e conceitos básicos em amostragem aplicada a levantamentos florestais. Classificação da amostragem. Métodos de amostragem: área fixa e Bitterlich. Introdução aos processos de amostragem. Amostragem aleatória simples. Amostragem estratificada. Amostragem sistemática. Amostragem em múltiplos estágios. Amostragem em conglomerados. Introdução à amostragem em múltiplas ocasiões. Amostragens independentes. Amostragem com repetição total. Amostragem dupla. Amostragem com repetição parcial.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>AVERY, T. E., BURKHART, H.E. <i>Forest measurements</i>. USA, McGraw Hill, 1983.331p.</p> <p>CAILLIEZ, F. Estimacion del volume,, Forestal y predicion del rendimento. FAO. Roma, 1980. lv.</p> <p>COCHRAN, W.G. <i>Técnicas de amostragem</i>. Rio de Janeiro, Fundo de cultura, 1965. 555p.</p> <p>FAO. Manual de inventário forestal com especial referência a los bosques mistos tropicales. Roma, 1974. 195p.</p> <p>FREESE, F. <i>Elementary forest sampling</i>. Forest Service, USA, 1971. 9lp.</p> <p>HUSCH, B. <i>Planificacion de un inventário forestal</i>. FAO. Roma, 1971. 135p.</p> <p>HUSCH, B.;MILLER. C.I.; BEERS, T.W. <i>Forest Mensuration</i>. New York, 1972. 4 10p.</p> <p>LOETSCH, F.;ZOHRER, F.; HALLER, K.E. <i>Forest inventory</i>. Munchen. BLV, 1973, vi, 436p.</p> <p>_____. <i>Forest Inventory</i>. Munchen .BLV,1 973, v2, 469p.</p> <p>MACKAY, E. <i>Dasometria</i>. Madri, Escuela Técnica de Ingenieros de Montes, 1964. 759p.</p> <p>PELLICO NETTO, S.; BRENA, D. A. <i>Inventário Florestal</i>. Curitiba: Editorado pelos autores, 1997. 316p.</p> <p>SCOLFORO, J.R. <i>Inventário Florestal</i>. Lavras. ESAL/FAEPE, 1993. 228p</p> <p>VRIES, P.G. <i>Sampling theory for forest inventory</i>. Wageningen, Springer-Verlag. 1986. 399 p.</p> <p>SCHREUDER, H. T.; GREGORIE, T.G. ;WOOD,G. B. <i>Sampling Methods for muitiresource forest inventory</i>. John Wiley & Sons. New York. 1993. 446p.</p>					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
MANEJO FLORESTAL – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	ESTRUTURA E MANEJO DE FLORESTAS NATIVAS				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	45	Prática	15
Créditos	04				
Professor (a) Responsável	JOSUEL ARCANJO DA SILVA				
EMENTA					
<p>Conceitos básicos. Sistemas silviculturais. Uso múltiplo de florestas. Composição florística e estruturas fitossociológicas e paramétricas. Avaliação econômica. Crescimento e produção. Legislação. Plano de manejo. Sistemas de colheita, silvicultural e de monitoramento. Análise dos efeitos ambientais do manejo. Princípios, critérios e indicadores de sustentabilidade para o manejo de florestas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARAÚJO, P. A. Idade relativa como subsídio à determinação de ciclo de corte no manejo sustentável de povoamentos florestais nativos. Viçosa: UFV, 1993. 119 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.</p> <p>AZEVEDO, C.P. Predição da distribuição diamétrica de povoamentos florestais inequidanos pelo emprego da matriz de transição. Viçosa: UFV, 1993. 118 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.</p> <p>CARVALHO, J. O. P. Structure and dynamics of a logged over brazilian amazonian rain forest. Oxford University, 1992. 215 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Oxford University, 1992.</p> <p>DAVIS, L.S.; JOHNSON, K.N. Forest management. New York: Mc Grawhill, 1986. 790 p.</p> <p>FAO. Management of tropical moist forest in Africa. Roma, 1989a.165p (FAO. Forestry paper, 88).</p> <p>FAO. Review of forest management of tropical Asia. Roma, 1 989b. 229p. (FAO. Forestry paper, 89).</p> <p>FAO. Management and conservation of closed forests in tropical America. Roma, 1993. 141p (FAO. Forestry paper, 101).</p> <p>FERREIRA, R.L.C. Estrutura e dinâmica de uma floresta secundária de transição, Rio Vermelho e Serra Azul de Minas, MG. Viçosa: UFV, 1997. 208p. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, 1997.</p> <p>FSC. Princípios e critérios para o manejo de florestas. Conselho de Manejo Florestal - FSC, 1996 (Documento).</p> <p>HENDRISON, J. Damage - controlled logging in managed tropical rain forest in Suriname. Wageningen: Agricultural University, 1990. 172p.</p> <p>JARDIM, F.C.S. Comportamento da regeneração natural de espécies arbóreas em diferentes intensidades de desbaste por anelamento, na região de Manaus-AM. Viçosa, 1995. 1 69p. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa.</p> <p>JARDIM, F.G.S.; VOLPATO, M.M.L.; SOUZA, A. L. Dinâmica de sucessão natural em clareiras de florestas tropicais. Viçosa: SIF, 1993. 60 p. (Documento SIF, 010).</p> <p>JESUS, R.M.; SOUZA, A .L. Produção sustentável em mata secundária de transição: oito anos de monitoramento. Viçosa: SIF, 1995. 99p. (Documento SIF, 014).</p> <p>JESUS, R.M.; SOUZA, A. L.; GARCIA, A. Produção sustentável em Floresta Atlântica. Viçosa: SIF, 1993. 128p. (Documento SIF, 007).</p> <p>JONKERS, W.B.J. Vegetation structure, logging damage and silviculture in a tropical rain forest in Suriname. Wageningen: Agricultural University, 1987. 172p.</p>					

LAMPRECHT, H. Silvicultura nos trópicos: Ecossistemas florestais e respectivas espécies arbóreas - Possibilidades e métodos de aproveitamento sustentado. Eschborn: Deutsche Gesellschaft Für Technirche Zusammenarbeit (GTZ) GmbH, 1990. 343p.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
TECNOLOGIA DE PRODUTOS FLORESTAIS – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	ESTRUTURA ANATÔMICA DA MADEIRA				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	30	Prática	30
Créditos	04				
Professor (a) Responsável	ELISABETH DE OLIVEIRA				
EMENTA					
Características gerais das madeiras de coníferas e folhosas. Descrição macro e microscópica de madeiras de coníferas e folhosas. Identificação de madeiras de coníferas e folhosas. Técnicas micrométricas. Técnicas de fotomacrografia e fotomicrografia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BURGER, L.M.; RICHITER, H.G. Anatomia da madeira. São Paulo: Nobel, 1991.					
CORADIN, V.T.; MUÑIZ, G.I.B. Normas de procedimentos em estudos de anatomia da madeira. Brasília: IBAMA. 1991. 19p. (LPF - Série Técnica nº 15).					
DAWES, C.J. Biological techniques for transmission and scanning electro microscopy. Ladd Researc industries. 1979. 303p.					
ESAU, K. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: Blucher, 1976. 293p.					
FAHN, A. Anatomia vegetal. Madrid: Blume Ediciones. 4. ed. 1991. 643p.					
FONT-QUER, P. Dicionário de botânica. Barcelona: Labor, 1963. 1244p.					
IAWA COMMITTEE. Committee of the International Association of Wood Anatomist. Iawa List of microscopic features for hardwood identification. IAWA Buletin, 10(32): 219-332, 1989.					
MANIERI, C. Manual de identificação das principais madeiras comerciais brasileiras. São Paulo: IPT, 1983. 241p.					
PINHEIRO, A.L. Considerações sobre a taxonomia, filogenia, ecologia, genética, melhoramento florestal e a fertilização mineral e seus reflexos na anatomia e qualidade da madeira. Viçosa: SIF, 1999. 144p.					

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
TECNOLOGIA DE PRODUTOS FLORESTAIS – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	BIODETERIORAÇÃO DA MADEIRA				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	45	Teórico	30	Prática	15
Créditos	03				
Professor (a) Responsável	JUAREZ BENIGNO PAES				
EMENTA					
Estrutura anatômica da madeira. Composição química da madeira. Mecanismos de degradação da madeira. Agentes destruidores da madeira. Avaliação da durabilidade natural da madeira e de produtos utilizados na sua proteção.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARILLARI, C.T. Durabilidade da madeira do gênero *Pinus* tratada com preservantes: avaliação em campo de apodrecimento. Piracicaba: ESALQ/USP, 2002. 68p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escala Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2002.
- BERTI FILHO, E.; FONTES, L.C.(Eds.). Alguns aspectos atuais da biologia e controle de cupins. Piracicaba: FEALQ, 1995. 184p.
- BERTI FILHO, E., FONTES, L.C.(Eds.). cupins; o desafio do conhecimento. Piracicaba: FEALQ, 1998. 512p.
- DÉON, G. Manual de preservação das madeiras em clima tropical. Nogent-Sur-Marne: ITTO/CTFT, 1989. 116p. (Série Técnica, 3).
- ERIKSSON, K. –E., BLANCHETTE, R.A., ANDER, P. Microbial and enzymatic degradation of wood and wood components. Berlin: Springer-Verlag, 1990. 407p.
- FINDLAY, W.P.K. (Ed.). Preservation of timber in the tropics. Dordrecht: Martinus Nijhoff/Dr W. Junk Publishers. 1985. 273p.
- HUNT, G.M., GARRATT, G.A. Wood preservation. 3. ed. New York: Mc Graw Hill, 1967. 433p.
- RAMOS, I. E. C. Análise da eficiência do preservativo CCB na melhoria da resistência da madeira de algaroba (*Prosopis juliflora* (Sw) D.C.) a organismos xilófagos. Campina Grande: UFCG, 2004. 60 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Campina Grande, 2004.
- LEPAGE, E.S. (Coord.). Manual de preservação de madeiras. São Paulo: IPT, 2V. 1986. 706p.
- PAES, J.B. Efeitos da purificação e do enriquecimento do creosoto vegetal em suas propriedades preservativas. Viçosa: UFV, 1997. 143p. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, 1997.
- RAYNER, A.D.M., BODDY, L. Fungal decomposition of wood; its biology and ecology. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.,1995. 587p.
- RICHARDSON, B.A. Wood preservation. 2. ed. London: E & FN SPON, 1993. 226p.
- WILKINSON, J.G. Industrial timber preservation. London. The Rentokil Library/Associated Business-Press, 1979. 532p.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
TECNOLOGIA DE PRODUTOS FLORESTAIS – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	PRESERVAÇÃO DE MADEIRAS				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	30	Prática	30
Créditos	04				
Professor Responsável	(a)	JUAREZ BENIGNO PAES			
EMENTA					
<p>Histórico da preservação de madeiras no Brasil. Preservativos de madeira. Métodos de tratamento da madeira e produtos ignífugos. Fatores que afetam o tratamento e aspectos econômicos da preservação de madeiras. Usinas de tratamentos. Controle de qualidade e da poluição nas usinas de tratamento da madeira. Técnicas construtivas para prevenir ataque de organismos xilófagos nas construções de madeira.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ÉON, G. Manual de preservação das madeiras em clima tropical. Nogent-Sur-Marne: ITTO/CTFT, 1989. 116p. (Série Técnica, 3).</p> <p>FARIAS SOBRINHO, D. W. Viabilidade técnica e econômica do tratamento preservativo da madeira de algaroba (<i>Prosopis juliflora</i> (Sw) D.C.), pelo método de substituição da seiva. Campina Grande: UFCG, 2003. 53 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Campina Grande, 2003.</p> <p>FINDLAY, W.P.K. (Ed.). Preservation of timber in the tropics. Dordrecht: Martinus Nijhoff/Dr W. Junk Publishers. 1985. 273p.</p> <p>FREITAS, V.P. Variações na retenção de CCA-A em estacas de <i>Pinus</i> após 21 anos de exposição em campo de apodrecimento. Piracicaba: ESALQ/USP, 2002. 65p. Dissertação (Recursos Florestais) – Escola Superior “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2002.</p> <p>HUNT, G.M., GARRATT, G.A. Wood preservation. 3. ed. New York: Mc Graw Hill, 1967. 433p.</p> <p>LEPAGE, E.S. (Coord). Manual de preservação de madeiras. São Paulo: IPT, 2V. 1986. 706p.</p> <p>MESQUITA, J.B. Eficiência de produtos no controle de fungos manchadores da madeira de <i>Pinus caribaea</i> Mor. Var. <i>hondurensis</i>, na região de Lavras-MG. Lavras: ESAL, 1993. 57p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1993.</p> <p>PAES, J.B. Efeitos da purificação e do enriquecimento do creosoto vegetal em suas propriedades preservativas. Viçosa: UFV, 1997. 143p. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, 1997.</p> <p>PAES, J.B. Viabilidade do tratamento preservativo de moirões de bracatinga (<i>Mimosa scabrella</i> Benth.), por meio de métodos simples, e comparações de sua tratabilidade com a do <i>Eucalyptus viminalis</i> Lab. Curitiba: UFPR, 1991. 140p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, 1991.</p> <p>RICHARDSON, B.A. Wood preservation. 2. ed. London: E & FN SPON, 1993. 226p.</p> <p>WILKINSON, J.G. Industrial timber preservation. London. The Rentokil Library/Associated Business-Press, 1979. 532p.</p> <p>ZABEL, R.A., MORRELL, J.J. Wood microbiology decay and its prevention. San</p>					

Diego: Academic Press, 1992. 548p.

UFMG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
TECNOLOGIA DE PRODUTOS FLORESTAIS – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	QUALIDADE DA MADEIRA				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	45	Teórico	30	Prática	15
Créditos	03				
Professor (a) Responsável	JUAREZ BENIGNO PAES				
EMENTA					
Caracterização qualitativa da madeira. Variabilidade da madeira. Defeitos de crescimento. Fatores que afetam a qualidade da madeira. Controle genético das propriedades da madeira. Qualidade e uso da madeira.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
PANSHIN, A.J.; ZEEUW, C. Textbook of wood technology. 4. ed. New York: Mac-Graw-Hill. 1980. 722p.					
TSOUMIS, G. Science and technology of wood-structure, properties and utilization. New York: Van Nostrand Reinhold. 1991. 494p.					
WALKER, J.C.F.; BUTTERFIELD, B.G.; HARRIS, J.M.; LANGRISH, T.A.G.; UPRICHARD, J.M. Primary wood processing. Principles and practice. London: Chapman & Hall. 1993. 595p.					
ZOBEL, B.J.; BUIJTENEN, S.P. Wood variation its causes and control.. Berlin: Springer-Verlag. 1989. 363.					
ZOBEL, B.J.; JETT, J.B. Genetics of wood production. Berlin: Springer-Verlag. 1995. 337p.					

UFMG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS					
TECNOLOGIA DE PRODUTOS FLORESTAIS – DISCIPLINA ESPECÍFICA					
CÓDIGO DA DISCIPLINA:					
Disciplina	QUÍMICA DA MADEIRA				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	60	Teórico	30	Prática	30
Créditos	04				
Professor Responsável	(a)	ELISABETH DE OLIVEIRA			
EMENTA					
Evolução histórica do uso da madeira. Estudo da estrutura anatômica. Constituição química da madeira. Química de carboidratos. Biossíntese dos polissacarídeos da madeira. Celulose. Hemiceluloses. Lignina. Extrativos. Estrutura anatômica e constituição química da casca. Utilização dos constituintes químicos da madeira.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FENGEL, D.; WEGENER, G. Wood: Chemistry, Ultrastructure and Reactions. New York: Walter de Gruyter, 1984. 613 p.					
SARKANEN, K; LUDWING, H. Lignin, Occurrence, Formation, Structures and Reactions. New York: John Wiley & Sons, 1971. 916 p.					

- KOGA, M. E. T. Matérias-Primas Fibrosas. In: INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Celulose e Papel. V.1. São Paulo: SENAI, 1988.
- GOLDSTEIN, I. S. Composition of Biomass in Organic Chemical from Biomass. Boca Raton: CRC Press, 1981.
- MORRISON, R. T., BOYD, R. N., Química Orgânica. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- SATONAKA, S. Carbonization and gasification of wood. In: Smith, W.R. Energy from forest biomass. Ney York: Academic press, 1982. p147-154.
- BALOGH, D. T. Efeito de Variáveis do Processo de Deslignificação Organossolve de *E. grandis*. São Carlos, 1993. 210p Tese (Doutorado) – Instituto de Química de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- PEREZ, D. S.. Estudo Cinético da Deslignificação Acetona-Água do *Eucalyptus urograndis*. São Carlos, 1996. 114p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Química de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- ARAÚJO, G. T. Estudo Químico e Físico-Químico da *Mimosa hostilis* Benth. São Carlos, 2000. 142p. Tese (Doutorado) – Instituto de Química de São Carlos, Universidade de São Paulo.

UFCG/CSTR/ PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS

TECNOLOGIA DE PRODUTOS FLORESTAIS – DISCIPLINA ESPECÍFICA

CÓDIGO DA DISCIPLINA:

Disciplina	PRODUTOS ENERGÉTICOS DA MADEIRA				
Pré-Requisito	Nenhum				
Carga Horária	45	Teórico	30	Prática	15
Créditos	03				
Professor (a) Responsável	ELISABETH DE OLIVEIRA				

EMENTA

Balanco energético e matriz energética. Energia, sociedade e desenvolvimento sustentável. Crises energéticas. Política e planejamento energético regional. Alternativas de utilização da biomassa para finalidades energéticas. Madeira como fonte de energia. Combustão direta da madeira e processos de carbonização de madeira. Recuperação e utilização de subprodutos da carbonização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BANCO DO NORDESTE S.A. Manual de Impactos Ambientais: Orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: BNB, 1999. 297 p.
- BAUTISTA VIDAL, J. W. Soberania e Dignidade, Raízes da Sobrevivência. Petrópolis: Vozes, 1991. 213 p.
- BAUTISTA VIDAL, J. W. A Reconquista do Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997. 220 p.
- BRASIL – MME / CNE. Balanco Energético Nacional. Brasília: MME / CNE, 2000.
- BROWN, L. R. et al. Estado do Mundo, 2000. Salvador: UMA, 2000. 288 p.
- BROWN, L. R. et al. Sinais Vitais, 2000: as tendências ambientais que determinarão nosso futuro. Salvador: UMA, 2000. 196 p.
- FERNANDES; M. C. Avaliação tecno-econômica da viabilidade da gaseificação do capim-elefante para a eletrificação rural. Campinas: UNICAMP/FEM.,2000. Dissertação

(Mestrado) – Universidade de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, 2000. 71 p.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS / CETEC. Manual de Construção e de Operação de Fornos de Carbonização. Belo Horizonte: CETEC, 1982. (SPT – 007).

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS/CETEC. Carvão Vegetal. Belo Horizonte: CETEC, 1982. (SPT – 006).

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS/CETEC. Gaseificação de Madeira e de Carvão Vegetal. Belo Horizonte: CETEC, 1981. 131 p. (SPT – 004).

